

vol.
07

Psicologias, políticas e manifestos Latino-americanos

Organização: Kevin Samuel Alves Batista e José Maria Nogueira Neto

Revisão e finalização: Anderson Moraes Pires e Thaís Felix Cruz



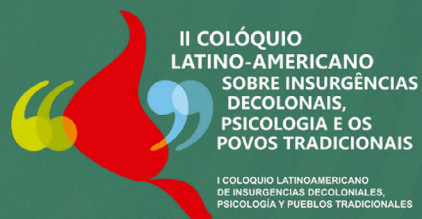
Editora

parentes

realização:



apoio institucional:



**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Psicologias, políticas e manifestos
latino-americanos [livro eletrônico]. --
Fortaleza, CE : Editora Parentes, 2024.
PDF

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-83089-10-6

1. América Latina - Política e governo 2. América
Latina - Política social 3. Educação 4. Políticas
públicas 5. Psicologia - Aspectos sociais.

24-220657

CDD-320.98

Índices para catálogo sistemático:

1. América Latina : Estado e políticas públicas :
Ciência política 320.98

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415



sumário

RITOS INICIAIS	6
SER CORPO	8
QUEFAZER!? - IGNÁCIO MARTÍN-BARÓ	9
O ENCONTRO COM O TEATRO DO OPRIMIDO: FERRAMENTA POTENTE PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA PSICOLOGIA DECOLONIAL	12
1. INTRODUÇÃO	13
2. PSICOLOGIA DECOLONIAL	14
3. A METODOLOGIA DO TEATRO DO OPRIMIDO	16
4. RESULTADOS: COLETIVOS QUE RESISTEM A ENGENHAGEM COLONIAL	18
5. DISCUSSÃO: POR UMA ESTÉTICA DO OPRIMIDO	19
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	20
REFERÊNCIAS	21
IMPACTOS PSICOSSOCIAIS DA UBERIZAÇÃO: SAÚDE MENTAL NA SUBSUNÇÃO VIRTUAL DO TRABALHO	24
1. INTRODUÇÃO E REFERENCIAL TEÓRICO	25
2. PERCURSO METODOLÓGICO	27
3. RESULTADOS E DISCUSSÕES	28
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
REFERÊNCIAS	32
PSICOLOGIA, MST E MPA: CONSTRUINDO TRILHAS POSSÍVEIS ENTRE A FORMAÇÃO E OS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO	36
1. INTRODUÇÃO E REFERENCIAL TEÓRICO	37
2. PERCURSO METODOLÓGICO	40
3. RESULTADOS E DISCUSSÕES	41
3.1. DA UNIVERSIDADE AO CAMPO: A PRÁTICA EXTENSIONISTA COMO FERRAMENTA NA RECONSTRUÇÃO DO SABER	41
3.2. DO CAMPO À UNIVERSIDADE: REFAZENDO PERCURSOS E AMPLIANDO HORIZONTES	43
3.3. CONSTRUÇÕES CONJUNTAS EM BUSCA DE OUTRA PSICOLOGIA	44
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
REFERÊNCIAS	46



**ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA: RELATO DE
EXPERIÊNCIA DO GRUPO DE INTERVISÃO EM PSICOLOGIA
CRÍTICA NO SERVIÇO PÚBLICO**

48

1. ENTRE SOLIDÕES, ENCONTROS E DESENCONTROS	49
2. O COLÓQUIO E OS DESAFIOS COMUNS	50
3. ENCONTROS E ESTUDOS DE CASO	51
4. FUNCIONAMENTO DA INTERVISÃO	53
5. TEMAS E REFLEXÕES	54
6. RESULTADOS E DISCUSSÕES	55
REFERÊNCIAS	55

**CONTRIBUIÇÕES DE SILVIA LANE E ECLÉA BOSI
PARA A PSICOLOGIA SOCIAL LATINO-AMERICANA**

57

1. INTRODUÇÃO	58
2. OBJETIVOS	59
3. PERCURSO METODOLÓGICO	59
4. ANÁLISE DAS OBRAS DE SILVIA LANE E ECLÉIA BOSI	60
5. RELEVÂNCIA DAS AUTORAS PARA A PSICOLOGIA SOCIAL	63
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
REFERÊNCIAS	64



ritos iniciais

“Psicologias, políticas e manifestos Latino-americanos” é uma obra que emerge das profundas reflexões e diálogos realizados durante o II Colóquio Latino-Americano sobre Insurgências Decoloniais, Psicologia e os Povos Tradicionais. Este livro representa um esforço conjunto para explorar, sob uma perspectiva decolonial, as complexas relações entre as produções psicológicas nos campos do pensar e fazer; as políticas das produções de vida e morte; bem como as vozes que fazem ecoar denúncias e manifestações da diversidade de modos de vida em nossa região.

Na América Latina, uma terra que ao mesmo tempo é rica em biodiversidade e saberes ancestrais, temos testemunhado, a história sangrenta de povos que resistem há séculos diante das dominações colonialistas. Em um mundo onde o paradigma da exploração insustentável continua a prevalecer, este livro surge como uma voz que reivindica outros modos de (re)existência. As lutas e manifestos latino-americanos são expressos nos cotidianos de populações entregues à precariedade. Os Estados soberanos ancoram nossas vidas pela violência. A vigia e a punição são suas ferramentas de poda e sega das gentes.

Os condenados da terra, desvelados por Frantz Fanon (2005) somam-se aos povos expulsos da terra, como diz Eduardo Galeano (2010), que amontoam-se nas periferias, operando a reforma agrária às avessas. Essas populações, vivem em constante domínio do Poder soberano (Agamben, 2004), em perene estado de exceção, um estado de anomia e administração da miséria. Ailton Krenak (2019) nos ensina que a Terra é muito mais do que um mero recurso econômico; as vidas são plurais, não cabendo, portanto, um conceito unitário e hegemônico do “humano”. E nossa história nas américas o sabem muito bem. Nossas vidas não são reconhecidas como “humanidade”, mas sim sub-humanidades. Desse modo, nós temos muito o que manifestar, o que dizer, o que manifestar. Entendemos a vida Terra como um ser vivo com o qual compartilhamos uma relação intrincada. Nossas práticas de vida assim já anunciam tal sabedoria.

A agroecologia, por exemplo, como modo de vida através da lente decolonial, não é apenas um conjunto de práticas agrícolas, mas uma reconexão com a sabedoria da terra e dos povos tradicionais. Ela representa um retorno aos modos de vida que honram a biodiversidade e a interconexão entre todas as formas de vida. E é isso que queremos, queremos a vida, a vida de nossos povos, o reconhecimento de nossos ancestrais e o futuro de nossas futuras gerações em uma Terra viva, uma terra que não é coisa ou objeto, mas um Ente. Queremos uma terra na qual possamos viver. Esse é nosso manifesto.

E neste livro, apresentamos escritas que buscam apresentar a perspectiva crítica das maiorias populares invisibilizadas (Martín-Baró, 2017). Reflexões insurgentes na busca por instaurar processos de emancipação humana e lutas por transformações sociais. Desta sorte que, a escrita, com teor de manifesto, opera como instrumento de mudança social (Martín-Baró, 2017), pois lida com problemas reais de uma população em condição de opressão, exclusão e dominação (XIMENES; MOURA JÚNIOR, 2013).



Este livro não é apenas uma compilação de reflexões teóricas, mas um chamado à ação. Ele representa um esforço colaborativo para compreender e abraçar práticas que promovem uma relação harmoniosa com a terra e com as comunidades que dependem dela. Os capítulos aqui reunidos oferecem uma visão multifacetada das complexas relações entre modos de vida, políticas e modos contra-hegemônicos de fazer Psicologia na América Latina, convidando-nos a repensar nossas abordagens convencionais em busca de outros horizontes, diálogos para além de retórica, para assim, fomentar construções coletivas de utopias.

Desse modo, este volume é uma contribuição significativa para a literatura decolonial e política latinoamericana no campo das psicologias. Ele nos desafia a repensar nossos modos e sistemas de vida, buscando inspirar mudanças fundamentais em nossa região e, em nossos mundos. Que este livro seja uma fonte de inspiração e ação para todos os que buscam uma América Latina livre, e que almejam que a sabedoria dos povos tradicionais desempenhem um papel central em nossa jornada rumo a um futuro mais justo e equânime.

José Maria Nogueira Neto
Kevin Samuel Alves Batista

Referências:

- FANON, Frantz. Os Condenados da Terra. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005. FERREIRA, Manuel.
- GALEANO, Eduardo. 2010. As veias abertas da América latina. São Paulo: L&PM.
- KRENAK, A. (2019). Ideias para Adiar o Fim do Mundo. Companhia das Letras.
- MARTÍN-BARÓ, Ignacio. Crítica e libertação na psicologia: estudos psicossociais. Organização, notas e tradução: Fernando Lacerda Júnior. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.
- XIMENES, Verônica Moraes; MOURA JÚNIOR, James Ferreira. Psicologia Comunitária e comunidades rurais do Ceará: caminhos, práticas e vivências em extensão universitária. In: LEITE, Jäder Ferreira; DIMENSTEIN, Magda. Psicologia e contextos rurais. Natal: EDUFRN, 2013.

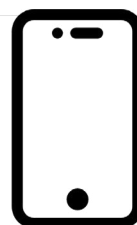


ser corpo

Paulo Antonio de Oliveira Muniz



aponte a câmera
do seu celular para
poder acessar



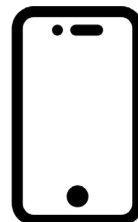
quefazer!?

ignácio martín-baró

Lucas Celestino Ramos



aponte a câmera
do seu celular para
poder acessar



Apresentação: A Psicologia no Brasil tem um problema: Ela não sabe nada sobre o Brasil, nem sobre o Brasileiro. Salvo raras exceções, nossa profissão é uma grande coleção de teorias estrangeiras, testes e abordagens do século retrasado, que quando confrontadas com os problemas concretos da população simplesmente não significam nada. Ou pior, significam a manutenção de uma ordem desigual, injusta, exploratória e desumana. Diante desse cenário, Quefazer? Um padre e psicólogo espanhol radicado em El Salvador dedicou grande parte de sua vida para pensar e praticar uma psicologia que pudesse dar uma resposta ao menos mais adequada aos anseios e necessidades de um povo. Um povo que vivia uma sangrenta guerra civil, contra um inimigo comum aos povos latino americanos: O imperialismo. Esse podcast faz um resgate da vida e da obra de Ignacio Martín-Baró e a sua “Psicologia da Libertação”, em uma verdadeira colagem auditiva que une recortes de trechos de vídeos disponíveis na rede mundial de computadores e entrevistas originais com psicólogas e psicólogos que tiveram contato com sua trajetória, com seu assassinato ou com o próprio Baró, e que buscam tornar concreto hoje, a ousada tarefa de pautar uma mudança radical na Psicologia Tradicional: Um novo horizonte, uma nova epistemologia, uma nova práxis: Uma Psicologia para as maiorias populares. O programa é dividido em 3 partes: O início tem formato de Storytelling, onde lançamos luz para os últimos momentos de vida de Martín-Baró, até seu assassinato, e todo o contexto que envolve o massacre na universidade em que era vice-reitor, a guerra civil, e o envolvimento dos Estados Unidos. Depois, seguimos para a exposição da crítica de Ignacio à psicologia tradicional, e o quanto sua crítica é atual e urgente. Por fim, discutimos o “mapa” que Baró traça para construirmos essa nova práxis em psicologia para as maiorias populares.

Link do podcast: https://open.spotify.com/episode/6zS8rpdB5PZQTEpfccITJv?si=qn-GjALPSOS-ROw_sADhSA&utm_source=copy-link&dl_branch=1&nd=1

Duração: 38:36 min.

Palavras-chave: Psicologia da Libertação. Maiorias Populares. Práxis

Ficha técnica/ pessoas participantes do processo:

Produção e Narração: Lucas Celestino Ramos

Entrevistados (ordem de aparição): Wanderley Codo; Karina Oliveira; Mariana Gonçalves

**Links das íntegras dos vídeos do Youtube utilizados nesse programa
(em ordem de
aparição):**

Mattis, A Escola das Américas e o Avanço do Militarismo na América Latina:

https://www.youtube.com/watch?v=C_L7IPP-d--E&list=PL6p1s7JIYzaydoDUIMsv-m-9BGneaZP9F&index=18&t=33s

Tour Bolsonaro pelos EUA: https://www.youtube.com/watch?v=3k4gHLoB_uQ

El Salvador: 75 mil muertos, el saldo de la guerra civil:

<https://www.youtube.com/watch?v=mQ121aYm63g&list=PL6p1s7JIYzaydoDUIMsv-m-9BGneaZP-9F&index=21>



**POR UMA PSICOLOGIA CRÍTICA LATINO AMERICANA - PENSAMENTO DA
LIBERTAÇÃO E DESCOLONIZAÇÃO:**

<https://www.youtube.com/watch?v=UZInER6Lu-w&list=PL6p1s7JIYzaydoDUIMsv-m-9BGneaZP-9F&index=24>

Larry King Live on Massacre of Jesuits and of Two Women:

<https://www.youtube.com/watch?v=syMuH6Vzwml&list=PL6p1s7JIYzaydoDUIMsv-m-9BGneaZP-9F&index=7>

Martín Baró, Ignacio - Hacia una Psicología de la Liberación 1ra parte:

<https://www.youtube.com/watch?v=7w4i2nT9vVo&list=PL6p1s7JIYzaydoDUIMsv-m-9BGneaZP-9F&index=8>

A miséria da Psicologia brasileira: subordinação ao capital e colonização-dependência:

<https://www.youtube.com/watch?v=Omql1ynLABc4&t=4326s>

Ignácio Martín-Baró e O papel do psicólogo:

<https://www.youtube.com/watch?v=WCsbDteXPO0&t=3096s>

Dinho Lima Flor em “Ledores no Breu” no #EmCasaComSesc:

https://www.youtube.com/watch?v=Gdd3qs1UFbs&t=1317s&has_verified=1

Aula 01 - MÉTODO (Lendo O Capital na quarentena!):

<https://www.youtube.com/watch?v=QpCqDYUIEfs&t=5555s>

“P” de Práxis | Glossário 003: <https://www.youtube.com/watch?v=iwmB07LSaog&t=18s>

Repercussão da morte de Chico Mendes na TV Globo:

<https://www.youtube.com/watch?v=iOn2ipfbUz4>

Por que Paulo Freire foi preso?: <https://www.youtube.com/watch?v=5HkgMrKhQRs&t=2s>

Margarida Maria, a líder sindical defensora dos direitos humanos no Brasil:

<https://www.youtube.com/watch?v=49FADivxm-M>

O assassinato de Marielle Franco: <https://www.youtube.com/watch?v=kdiAJv0I5LI>



o encontro com o teatro do oprimido:

ferramenta potente para a construção de uma psicologia decolonial

Thalia Rampazio Viana¹
Lurdes Perez Oberg²

Resumo: O presente artigo pretende através de uma pesquisa exploratória, trazer o Teatro do Oprimido como uma ferramenta para o diálogo com uma Psicologia Decolonial. Esse trabalho é dividido em dois momentos principais: no primeiro, faz-se um breve exame da Psicologia Decolonial e a seguir, investiga-se como a mesma pode se entrelaçar com a conceituação do Teatro do Oprimido. O Teatro do Oprimido sendo uma metodologia teatral brasileira, que possui diversas ramificações, no qual o objetivo principal é de desmecanização do corpo e emancipação do sujeito, torna-se um potente interlocutor da desideologização da Psicologia, proposta por Martín-Baró em sua Psicologia da Libertação. Alia-se, também, com essa perspectiva, autores para se pensar a decolonialidade como Lélia Gonzalez, Françoise Vergès e Grada Kilomba. Conclui-se que o Teatro do Oprimido pode ser utilizado como uma ferramenta fecunda para a construção de uma Psicologia Decolonial, contribuindo para a transformação do sujeito e das maiorias populares nos seus processos de reconhecimento de si e de fortalecimento coletivo.

Palavras-chaves: Teatro do Oprimido. Psicologia da Libertação. Psicologia Decolonial

1 Graduada em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense. E-mail: rampaziothalia@gmail.com

2 Professora do Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense. Pós-doutorado na Universidade Federal Fluminense. Área de Concentração: Estudos da Subjetividade. Doutora em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Mestre em Psicologia Social pela Universidade Gama Filho. E-mail: lurdes.oberg@gmail.com.



1. INTRODUÇÃO

O presente artigo é fruto de uma caminhada no teatro e na graduação em Psicologia, trazendo em seu objetivo geral o entrelace de dois temas que se diferenciam, mas ao mesmo tempo se encontram, o Teatro do Oprimido e a Psicologia Decolonial. Toda produção escrita é conduzida pelas marcas, e são elas que fazem as palavras terem sentido (ROLNIK, 1993), através disso, traz-se neste trabalho esses temas que atravessam a minha vivência, sendo um trabalho subjetivo e crítico, ressaltando também a experiência da escrita no momento atual de pandemia por COVID-19. Ao traçar nesse percurso da graduação esse potente caminho na Psicologia e na Arte, faço uma análise na condição de mulher cis, branca e bissexual e constato a importância de um exame crítico acerca da reprodução da lógica cisheteronormativa e da branquitude. Entende-se que todos indivíduos fazem parte de uma estrutura racial e nós, brancos, muitas vezes não identificamos esse sistema desigual que reproduzimos. Há uma visão imposta de homem universal, esvaziada de reconhecimento enquanto lugar social para pessoas que são afetadas pelo racismo estrutural. É importante, assim, destacar os privilégios e as reproduções do racismo cotidiano que constitui a branquitude como o ponto principal que sustenta esta importante problemática da realidade brasileira (ALMEIDA, 2018; RIBEIRO, 2017; AKOTIRENE, 2018).

A partir disso é imprescindível entender que o racismo e o branqueamento são problemas advindos das pessoas brancas. Quando são pautados temas sobre desigualdades sociais, pessoas racializadas são colocadas como pauta, aquelas que devem ser estudadas e problematizadas. Em contrapartida, na Psicologia, quando são estudados modos de se fazer saúde mental e subjetividade, é o branco o ponto de partida. Ou seja, é preciso que os brancos assumam um lugar na luta antirracista, começando a perceber a si próprio, rompendo com os aspectos discriminatórios e embranquecedores que permeiam suas vidas (BENTO, 2014).

Tendo em vista as considerações acima, dentre tantas coisas que atravessaram minha jornada, o teatro torna-se um solo fértil dentro de mim. Através das disciplinas de Psicologia Social Comunitária e de Saúde Mental, pude visualizar um caminho dentro da Psicologia e então teci a Arte a uma Psicologia Crítica. Em ambas as disciplinas levei a história de Stela do Patrocínio³, uma aprendizagem sensível que levei ao Curso Livre de Teatro que fazia no território, através de trabalhos corporais, exercícios e o curta-metragem “Stela do Patrocínio: a mulher que falava coisas”⁴. Além disso, foram debatidos os temas: saúde mental, racismo, loucura e arte. Nesse momento, percebi que essa atuação entrelaçada com a Arte fazia meus olhos brilharem.

Assim, me debruço em uma Psicologia política, crítica e decolonial, trazendo também a perspectiva de Martín-Baró (2017), a chamada Psicologia da Libertação. Esta se apresenta como uma abordagem desnaturalizadora da Psicologia com foco nas maiorias populares, uma vez que compreende contextos que a psicologia hegemônica muitas vezes não acessa. O autor traz em seu conceito palavras chaves que ajudam nesse processo político da psicologia como: conscientização, desideologização, memória histórica, organização das maiorias populares etc. Martín-Baró

3 Stela do Patrocínio foi uma poeta brasileira, nasceu em 1941, e viveu, desde 1962, internada na Colônia Juliano Moreira, assim como Arthur Bispo do Rosário (1911 - 1989). Sua fala poética chegou a nós transcrita de fitas cassetes por Viviane Mosé, que organizou essa textualidade no volume Reino dos bichos e dos animais é o meu nome (Rio de Janeiro: Azougue, 2002).

4 Produzido e dirigido pelo cineasta, jornalista e ex-aluno da PUC-Rio, Márcio de Andrade, o curta “Stela do Patrocínio: a mulher que falava coisas” procura reconstruir um pouco da história de uma ex-interna de clínicas psiquiátricas, a partir de sua fala poética e de uma colagem de imagens.



ró construiu em sua obra uma Psicologia que se coloca à serviço das lutas populares pela libertação das barreiras sociais e históricas que impossibilitam o indivíduo de protagonizar seu destino.

Nessa perspectiva da Psicologia da Libertação, a partir de uma experiência teórica e prática na graduação, foi possível vincular com aquilo que me vislumbra: a Arte, em específico, o Teatro. A arte pode ser uma ferramenta capaz de potencializar a valorização da memória sócio-histórica, além de ser um caminho para se percorrer no processo terapêutico, abrangendo os instrumentos que a Psicologia trabalha em seu processo. A metodologia teatral aqui inserida é o “Teatro do Oprimido”, de Augusto Boal, dramaturgo brasileiro, que traz uma perspectiva política e crítica de teatro. Através dessa metodologia, o indivíduo tem a possibilidade de cindir paradigmas tradicionais impostos pela sociedade e se colocar em diversos lugares possíveis, para ser e estar.

Por esse motivo, recorre-se a Martín-Baró (2017), pois para realizar uma Psicologia da Libertação é necessário primeiro alcançar uma libertação da Psicologia. A partir disso, inicia-se as minhas aproximações com a perspectiva decolonial e articulam-se autores que contribuem para a construção de epistemologias indispensáveis para a formação: Gonzalez (1988), Kilomba (2019) e Vergès (2020). Alicerçada neste estudo crítico, avisto a interação com o Teatro do Oprimido, vinculado a essa atuação desnaturalizadora da Psicologia.

2. PSICOLOGIA DECOLONIAL

Os estudos feitos dentro das Ciências Humanas, principalmente aqueles que pautam os saberes psicológicos, foram centralizados no paradigma moderno ocidental. A Europa é colocada como um modelo epistemológico central, e aqueles que não seguiam esse padrão eurocêntrico, eram inferiorizados e invisibilizados. A partir disso, foi se construindo um “imperialismo epistemológico ocidental”, que começou a ser criticado a partir de questões epistêmicas formuladas pelos movimentos de descolonização afro-asiáticos (MARTINS, 2019).

Tais críticas ganharam uma maior força no final dos anos 50, através de estudos interdisciplinares que traziam em pauta o “racismo epistêmico”. Esses estudos vinham a ser chamados estudos pós-coloniais⁵ (MARTINS, 2019). Na década de 1980, o debate pós-colonial foi difundido no campo da crítica literária e dos estudos culturais na Inglaterra e nos Estados Unidos, dessa forma, há um contraponto a essa corrente, pelo fato de pensadores pós-coloniais, serem encontrados antes mesmo da institucionalização do pós-colonialismo como corrente ou escola de pensamento (BALLESTRIN, 2013).

Como Martins (2019) pontua, as análises trazidas através dos estudos pós-coloniais, reformuladas também com autores e pensadores latino-americanos como Quijano (2005), Mignolo (2003) e Dussel (1977) servem de base referencial para refletir sobre o processo colonial brasileiro e os efeitos da colonialidade e o imperialismo epistemológico na formação dos saberes psicológicos. Ao estudarmos a História da Psicologia, ainda nos deparamos com esse saber ocidental centralizado em populações específicas e com teorias majoritariamente eurocêntricas.

⁵ “Há uma tríade formada por Albert Memmi (1977), Aimé Césaire (2010) e Frantz Fanon (2010) cujas obras podem ser consideradas fundantes da chamada crítica pós-colonial. Soma-se a elas o livro *Orientalismo*, de Edward Said (2007b). As guerras de libertação em África e Ásia somadas à diáspora intelectual, na experiência dos trânsitos e do alargamento das fronteiras, ao mesmo tempo em que, na Europa, as narrativas canônicas, quer liberal quer marxista, eram revistas e faziam nascer uma inusitada rede de crítica intelectual a partir das margens e de seus deslocamentos (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2014, p.67).”



Nesse sentido, no fim da minha graduação, deparei-me com a ideia que os métodos presentes na Psicologia tradicional nem sempre irão possibilitar melhores condições de vida objetivas e subjetivas aos sujeitos. Observa-se que muitas vezes ela pode ser aquela que reforça a ferida e deixa sangrar. A Psicologia na academia ainda é colonial, racista e embranquecida já que a mesma, como pontuam Alves e Demondez (2015), teve sua origem marcada por um entendimento de que há um padrão de ser humano ideal, o detentor da razão, que deve ser estudado e merece ter poder sobre aqueles que não se adequam a esse modelo. Este modelo de ser humano é o homem branco cristão europeu, onde os não civilizados seriam os não brancos, não europeus, habitantes de outras partes do mundo.

Portanto, ao se pensar em decolonialidade é preciso pontuar como se forma a colonialidade, que é um padrão de dominação e exploração articulada à invasão de territórios, à formação racial, ao controle do trabalho e à produção do conhecimento (ALMEIDA, 2011). É, também, imprescindível reconhecer que a colonização não incidiu apenas sobre o território geográfico, mas, ainda, sobre o corpo, na forma de se ver no mundo, perceber os outros e no modo de produção do conhecimento (LONGHINI, 2020).

Dessa forma, nesse viés eurocêntrico sustenta-se o branqueamento e a branquitude como processos advindos da colonização. Bento (2014) pontua como a omissão, o silêncio e o não posicionamento do lugar do branco na situação das desigualdades raciais no Brasil têm um componente narcísico, de autopreservação, sendo colocado como grupo de referência da condição humana. Observa-se que a pessoa branca não se auto reconhece enquanto pertencente a uma raça. Kilomba (2016) traz em uma palestra que mulheres negras se denominam mulheres negras, mulheres brancas se denominam mulheres, homens brancos se denominam pessoas. A autora pontua:

Branquitude, como outras identidades no poder, permanece sem nome. É uma identidade que se coloca no centro de tudo, mas tal centralidade não é reconhecida como relevante, porque é apresentada como sinônimo de humano. (...) E acreditem em mim, não existe uma posição mais privilegiada do que ser apenas a norma e a normalidade (KILOMBA, 2016, s/p).

A partir disso, faz-se necessário pensar em outros olhares para a Psicologia, buscando descolonizar o conhecimento e trazer autores que são muitas vezes negligenciados no meio acadêmico. Ao se pensar em uma Psicologia da Libertação, Martín-Baró (2017) pontua a importância do profissional ser um psicólogo do povo, contribuindo, a partir do seu papel específico, por uma nova ordem social. A partir da sua experiência de El Salvador, esse autor pontua as contradições que existem na formação de Psicologia, sobretudo sobre as questões que permeiam a maioria da população ladino-amefriqueana⁶: desemprego, regimes ditatoriais e como todos esses atravessamentos contribuem para um adoecimento psicológico.

O processo de Libertação da Psicologia, advém da desalienação do sujeito e da desideologização da Psicologia. O processo de desideologização demanda um rompimento com um “senso comum” que possibilita subjetivamente a opressão dos povos. É necessário nesse movimento que a Psicologia assuma uma perspectiva das maiorias oprimidas, com desenvolvimento de pesquisas direcionadas e comprometidas com os processos históricos de desalienação e libertação popular (MARTÍN-BARÓ, 2017).

Ao trazer aspectos relacionados ao sofrimento que permeia a população ladino-amefriqueana, Martín Baró (2017) pontua a questão do desemprego. Trazendo uma crítica em relação ao arcabouço bibliográfico, o autor questiona o que tem feito o psicólogo diante da questão do desemprego massivo,

6 Termo trazido por Gonzalez (1988) ao pontuar a identidade sócio-histórico-cultural da América Ladina.



existem diversas produções acerca da Psicologia do Trabalho, mas, sobre a Psicologia do sem-trabalho?

A autora Vêrgues (2020) traz a questão “Quem limpa o mundo?” e coloca em análise a relação do capitalismo como produtor de lixo e seres humanos que são tomados como descartáveis. A população racializada muitas vezes está inserida nesse contexto de cuidador do mundo, em empregos subalternos e informais. A psicologia serve a essas populações aqui pontuadas?

Por isso, torna-se urgente pensar em decolonialidade e se atentar a intelectuais que foram importantes para o contexto brasileiro como Lélia Gonzalez (1988), grande pioneira brasileira acerca da perspectiva decolonial. Gonzalez (1988) sustenta em seus trabalhos a não valorização das minorias sociais na formação sócio-histórica do Brasil. Pontuando como a colonização encobre essas agregações com o véu ideológico do branqueamento, que nomeia como “cultura popular” e “folclore”, minimizando a notoriedade das culturas das maiorias populares como fazendo parte da construção social.

Através da ideologia do branqueamento perpetuado e veiculado pelas massas e meios de comunicação é reproduzida a crença que as classificações e valores do Ocidente branco são únicas e universais. Os saberes, as ancestralidades, as vivências são “Espelhos Enterrados”, os sujeitos possuem múltiplas raízes, modos de ser, que a colonialidade enterrou, fazendo com que visualizem apenas metade do que são (FUENTES, 2016).

Constata-se, assim, que o dispositivo de linguagem atua como ferramenta na engrenagem colonial. Gonzalez (1988) pontua termos que subvertem os hegemônicos como o “Pretuguês” e “Amefricanidade”, utilizados para pautar questões próprias do Brasil e América Latina. O termo Amefricanidade, para além de um caráter geográfico, é uma categoria que engloba todo um processo histórico de resistência e identidade. Vê-se, assim, a necessidade da reflexão sobre a interseccionalidade ao tratar-se de questões sociais em que raça, classe, gênero, sexualidade, etnia, deficiência entre outras, possam ser analisadas como constructos mútuos que podem desestabilizar relações de poder cristalizadas no tecido social (COLLINS & BELGE, 2021).

Assim, é preciso que a Psicologia se comprometa com epistemologias outras, pois é através da colonialidade que o poder se constitui, ao reafirmar teorias únicas, onde através do poder o colonizador degrada o colonizado a posição de objeto. É parte fundamental da colonização o poder sobre os corpos e o poder sobre a vida, não apenas em sua forma material. O lugar de poder tem a capacidade de definir vidas que importam e outras que são descartáveis (MBEMBE, 2018). A necropolítica⁷ é um fenômeno que advém com a colonização, onde o poder de morte se instaura não apenas no ceifamento de uma vida, mas também no epistemicídio, no plano econômico, geográfico, fazendo com que o colonizado se situe em um limiar de vida e morte.

3. A METODOLOGIA DO TEATRO DO OPRIMIDO

A metodologia do Teatro do Oprimido surgiu no Brasil no final dos anos 50 e início dos anos 60, durante o exílio político do dramaturgo brasileiro Augusto Boal em um contexto sócio histórico que influenciou o cenário político do método. Sendo, atualmente, o método teatral mais utilizado do cenário mundial. Através de seu percurso e inquietação, Boal sentiu a necessidade de fazer um teatro popular, onde a arte se torna um campo político, colocando todos em cena, subvertendo a separação tradicional de palco e público. No Teatro do Oprimido, os espectadores passam a *ser espectadores*, aqueles que observam e também intervêm e tem como ponto principal a transformação da

⁷ Termo criado por Achille Mbembe (2011), é o poder de ditar quem pode viver e quem deve morrer.



realidade, as encenações trazem aspectos do cotidiano e as pessoas são protagonistas de suas histórias.

Boal (1975) através da sua primeira obra, “O Teatro do oprimido e outras poéticas políticas”, que foi traduzida em vinte e cinco línguas, critica o modelo de teatro ocidental, colocando em questão o público que acessa o Teatro. Ainda que a peça possuísse o enfoque na transformação social e representasse os trabalhadores, grande parte da plateia era de classe média alta, sendo assim ele questionava qual era o destino do teatro.

Através de sua concepção de que qualquer pessoa pode fazer Teatro, sistematizou jogos teatrais e exercícios dentro de uma perspectiva desalienante e contrária ao teatro tradicional, tais jogos e exercícios já existiam e sofreram modificações a cada experimentação realizada, com o objetivo de que qualquer grupo se utilize desses exercícios para falarem de questões que lhes permeiam, principalmente suas opressões. Boal aspira um Teatro que seja feito pelo povo e para o povo, com aspecto revolucionário e libertador.

Como já pontuado, o Teatro é político. Criado em contexto ditatorial brasileiro, o Teatro do Oprimido tem em seu cerne a política e a crítica social como projeto de libertação. Conceição (2020) coloca que o objetivo do Teatro do Oprimido é revelar as formas de exclusão e dominação social, trazendo outras alternativas de ver o mundo e outras formas de se relacionar socialmente. Uma característica essencial dessa metodologia é que “o teatro do oprimido não é o teatro para o oprimido: é o teatro dele mesmo” (BOAL, 1980, p. 25). Não é designado ao indivíduo um papel que não é o seu, ou uma opressão que não é a sua, cada um representa seu lugar social, e a partir disso, organiza-se formas de transformação, onde o mesmo se vê em cena e ao mesmo tempo modifica seu lugar.

Essa metodologia ampla possui diversas técnicas como: Teatro Imagem (A imagem como principal forma de comunicação), Teatro Jornal (Desvelar o que está por trás dos meios de comunicação), Arco-Íris do desejo (Técnicas Introspectivas que investigam opressões introjetadas), Teatro Fórum (mais utilizada; traz uma pergunta objetiva para o público onde o mesmo entra em cena), Teatro Legislativo (Teatro Fórum com objetivo final de se construir leis como ferramenta de justiça), Teatro Invisível (Levar discussões sem demonstrar que é teatro, os espectadores assistem como cena cotidiana). Todo esse arsenal é exemplificado através da árvore do teatro do oprimido: um organismo vivo em constante movimento, com ramificações que se conectam entre si e formam um ensaio para a revolução, promovendo a emancipação do sujeito (CONCEIÇÃO, 2020).

A árvore guia cada teoria em um sentido de organização pedagógica e sem hierarquização. O solo da árvore se constitui pela Ética e Solidariedade, que traz o pressuposto de repensar o seu lugar, sem esses dois valores não há Teatro do Oprimido. Na raiz se encontra a Estética do Oprimido: a consciência de que todos são capazes de produzir arte, sendo ela, uma essência humana. Nos canais da árvore estão: Palavra, Imagem e Som, mecanismos que precisam ser reapropriados, já que sempre foram utilizados pelos opressores como manutenção de poder, são canais de dominação. No meio são apresentados os Jogos, parte fundamental para a desmecanização dos corpos e da mente, onde encontramos outras possibilidades para o corpo ser e estar, despertando o lugar de experimentação. A Filosofia e História podem ser definidas como a chuva que deixará o solo fértil, saberes humanos que fortalecem a árvore. As ações concretas e continuadas, se qualificam como o constante movimento para que se consiga chegar ao desejo. Os pássaros representam a multiplicação, aqueles que levam a semente para plantar e fortificar o Teatro do Oprimido pelo mundo.



Figura 1- Árvore do Teatro do Oprimido



Fonte: Ilustração criada por Helen Sarapecck, 2016

4. RESULTADOS: COLETIVOS QUE RESISTEM A ENGRENAGEM COLONIAL

Dessa forma, se faz importante apontar o percurso de construção que se deu até aqui para a consolidação dessa metodologia política que compreende diversos atravessamentos de forma transdisciplinar, trazendo como exemplo alguns coletivos principais que compõem Centro de Teatro do Oprimido do Rio, como “Cor do Brasil” (fundado em 2010, é um coletivo que reúne artistas negros interessados em aprofundar e ampliar a discussão pública sobre o racismo através da Arte), “Pirei na Cena” (fundado em 1997, é um grupo composto por usuários e familiares de Saúde Mental e tem como principal pauta a questão da loucura e Saúde mental) e o “Marias do Brasil” (fundado em 1998, é um coletivo composto por mulheres trabalhadoras domésticas, trazendo a questão de direitos trabalhistas e situações que perpassam suas vivências).

Uma figura muito importante para a inspiração de criação do Teatro do Oprimido foi Abdias do Nascimento, que idealizou o Teatro Experimental do Negro⁸. Como pontua Conceição (2020), os encontros de Abdias e Boal, juntamente com o TEN foram formadores estético-político-ideológicos que Boal aplicou no Teatro do Oprimido. Também marco a importância de Bárbara Santos, mulher negra e curinga, uma grande referência dentro do TO, através da sua releitura das obras de Boal, traz em uma perspectiva interseccional e decolonial discussões como machismo, racismo, a partir do Teatro das Oprimidas.

⁸ O TEN existiu oficialmente de 1944 a 1961, no Rio de Janeiro. Seu fundador, Abdias do Nascimento, ao voltar para o Brasil, após assistir em Lima, no Peru, a encenação de “O Imperador Jones, de autoria de Eugene O’Neill, feito por um ator branco tingido de preto – posto que o personagem principal da história é um homem negro - funda a Companhia que deixou para os grupos de teatro – e de mais movimentos negros – um legado ideológico, estético e militante que perdura até hoje. (Conceição, 2020, p.39)

O Teatro do Oprimido, como já colocado, pontua os mecanismos de poder que advém da Palavra, Imagem e Som, as ideias dominantes de uma sociedade são perpetuadas e penetradas através desses canais (BOAL, 2009). Pode-se dizer que esses dispositivos atuam também nessa engrenagem colonial, já que são mecanismos que estão a cargo dos opressores. Eles são aqueles que controlam a Palavra (jornais, escolas,...), a Imagem (Cinema, televisão,...) e Som (rádios, músicas,...), reduzem os canais a histórias únicas e convenientes. Porém, é através desses mecanismos “que devemos travar as lutas sociais e políticas em busca de sociedades sem opressores e oprimidos. Um novo mundo é possível: há que inventá-lo!” (BOAL, 2009, p.15).

No encontro com a Psicologia, visualiza-se a grande contribuição que o TO pode ter no processo de libertação da mesma. Reafirmando novamente que apesar de teorias distintas, se encontram e atravessam a partir de um objetivo principal: o sujeito como protagonista do seu processo sócio-histórico. Assim, a Estética do Oprimido, que se baseia na Ética e Solidariedade, visa a importância de reconhecer o seu lugar no mundo. O TO vem, através da Psicologia, desenterrar espelhos que a colonialidade enterrou, resgatando a memória histórica, tecendo em conjunto com o grupo uma Psicologia de participação política e crítica. A arte é um grande instrumento de libertação, no sentido mais amplo da palavra: desmecanização dos sentidos e emancipação de si.

5. DISCUSSÃO: POR UMA ESTÉTICA DO OPRIMIDO

Seguindo esse rio de ideias que se interligam, considera-se que as técnicas do Teatro do Oprimido têm o objetivo de fazer com que o sujeito enxergue a si mesmo em ação, pontue as suas opressões e enalteça sua memória histórica. Através da arte é possível viabilizar diferentes vias sensoriais de expressão, possibilitando um corpo que muitas vezes foi reprimido ao se expressar. Considera-se a linguagem como um mecanismo de manutenção de poder, sendo assim, como pontuado por Ribeiro (2017), o falar como modo de expressão não se limita apenas ao ato de apenas emitir palavras, mas de poder existir.

A arte tem sido um modo de resistência nos diversos espaços em que ela se apresenta, possibilitando expressão e reconhecimento no mundo. Por isso, a escolha pelo Teatro do Oprimido que tem sua construção pautada num cenário que a arte é política, atuando como uma ferramenta descolonizadora de práticas inseridas no âmbito da Psicologia, pois entende-se que “a imaginação é uma das formas mais poderosas de resistência que pessoas oprimidas e exploradas podem usar” (HOOKS, 1952, p.105).

Permite-se, então, que através do Teatro do Oprimido sejam visualizadas suas opressões e historicidade, deixando o corpo falar através da potência artística, sendo sempre protagonista de sua própria história.

Boal (2009), em seu livro “A Estética do Oprimido” pontua aquilo que é entendido como Estética do Oprimido, um conceito que está para além do Teatro do Oprimido, sendo ele um instrumento de entrada, um modo peculiar onde cada oprimido se apresenta no mundo. Também destaca a existência de duas formas de pensamento que se constituem tanto na Estética do Opressor quanto da Estética do Oprimido, o Pensamento Simbólico (racional) e o Pensamento Sensível (sentidos). O Simbólico se dá por meio da racionalidade, diz respeito às palavras e o Sensível se relaciona com as imagens e os sons. O Pensamento Sensível é composto pela arte e cultura, trazendo para os oprimidos sua libertação e maior possibilidade de conhecimento.

No tocante a Psicologia, as práticas e discursos produzem diversos modos de sentir na população, por isso se faz importante o tensionamento do que embasa nossas teorias e práticas profissionais, fazendo valer o questionamento: “Psicologia para quem?”. Através dessa indagação, visualizo como uma possível ferramenta decolonial a metodologia do Teatro do Oprimido, para que através da arte seja possível visua-



lizar seu protagonismo sócio-histórico nos diversos âmbitos que essa pode ser desenvolvida: escolar, comunitário, aliada à luta antimanicomial, etc. O Teatro do Oprimido desperta a capacidade dos seres humanos de se observarem a si mesmos em uma ação política e crítica, vinculada a um processo emancipatório.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar o presente artigo, constato que estou no início da minha exploração teórica. Percebo que a água nem sempre é rasa, ela é funda, e por vezes me vejo afogar em angústias, mas, também, mergulhar em esperanças do que essa produção fez aflorar. O trabalho da Psicologia aqui proposto, “revisar o conhecimento disponível a partir da perspectiva crítica dos povos marginalizados” (MARTÍN-BARÓ, 2017, p.83), nos convoca para o compromisso com a libertação histórica desses povos, buscando instrumentos possíveis.

O Teatro do Oprimido vem através dessa análise como uma ferramenta transdisciplinar para se pensar a decolonialidade, os diversos modos de opressão, a branquitude acrítica, trazendo para a Psicologia outros modos de se fazer uma saúde não psicologizante, individualizante, neutra e curativa. Como já dito, a Estética do Oprimido, como traz Boal (2009), tem como objetivo através da arte, permitir o questionamento de dogmas, certezas, hábitos, costumes. Como, também, analisar todas ações e fatos que ocorrem dentro de circunstâncias concretas, sendo um ensaio para transformação do real e não apenas algo a ser contemplado.

Reitera-se a potência de se pensar no Teatro do Oprimido, assim como outras experiências artísticas como pertinentes para a política pública nas diversas áreas: saúde mental, educação, comunidades, etc. A sua inserção no campo da saúde mental, por exemplo, tem sido de suma relevância, pois através do Teatro do Oprimido os usuários se apropriam de sua fala, desejo e ação. Além disso, há uma percepção maior e quebra de estigmas relacionados aos mesmos, já que os profissionais e familiares muitas vezes fazem parte dos processos teatrais. Boal (2009) pontua que é preciso cuidado e delicadeza ao lidar com o sofrimento psíquico, nesse sentido, a busca não é por tratar a doença, e sim, promover a saúde.

Além disso, faz-se necessário o questionamento constante de “quem a Psicologia tradicional compreende?”. A formação em Psicologia é um ensaio muito raso para a atuação, visto que há uma falta de aprofundamento em pautas essenciais que tange a população ladina-amefricana. Buscar novas ferramentas, como aqui proposto, se torna fundamental para a construção de uma Psicologia crítica e política.

Examinando esse caminho de formação, constata-se que o TO é uma metodologia decolonial e de libertação, trazendo em seus conceitos estéticas que rompem com a colonialidade. Boal (2009) sinala princípios necessários que compreendem a árvore como “Participação”, “Filosofia”, “História”, “Ética e Solidariedade”. Ao trazer a Participação, ele coloca a importância do coletivo, da inclusão de todos os segmentos oprimidos da sociedade.

A participação política é um braço atuante da Filosofia e História, Boal (2009), assim como, Martín-Baró (2017), trazem a importância da História na construção coletiva, revelando as lutas que movem a sociedade, conflitos, invasões e explorações, pois, através da história entendemos não só o passado, como também, o presente. Por fim, a Ética e Solidariedade são as seivas que alimentam a árvore do TO. Ao trazer um movimento de rompimento com as opressões e categorias hegemônicas, o TO dialoga com um posicionamento decolonial:



O fascismo, o imperialismo e o colonialismo, a exploração de classes, a humilhação das castas e a escravidão aberta ou disfarçada, o racismo e a xenofobia, a tirania sexual, a histórica e universal subjugação da mulher e a devastação do meio ambiente, todas essas epidemias políticas e sociais não são a Verdade Eterna – são verdades temporais que devem ser combatidas sem respiro (BOAL, 2009, p. 254).

Através dessa construção, visualiza-se outros modos possíveis de se fazer Psicologia, sendo ela um dispositivo crítico, político e comprometido com aquilo que atravessa as opressões da população. Pensando no meu compromisso ético-político enquanto lugar que me insiro, trago à tona outros saberes possíveis e fazendo com que as vozes ecoem através da arte. Refletindo sobre o contexto em que esse trabalho é construído, isolamento social em detrimento da

COVID-19, deixo marcado a construção de experimentações que tenho realizado do Teatro do Oprimido online que serão sintetizadas em um próximo trabalho, refletindo sobre como o processo artístico pode ser transformador mesmo que de forma online para a promoção de saúde e construção de coletivo, buscando formas possíveis de construir o amanhã.

Conclui-se, através desse trabalho, uma proposta possível de sistematização teórica comprometida com a formulação de uma alternativa para a descolonização da Psicologia, tendo o Teatro do Oprimido como ferramenta para libertação da mesma. É preciso estar atrelado teoricamente e ativamente aos movimentos populares. Através do Teatro do Oprimido, um organismo vivo sempre em movimento, cabe à Psicologia também se movimentar para outras propostas possíveis.

Nota:

1- Este artigo é resultado do trabalho de conclusão de curso em Graduação em Psicologia, na Universidade Federal Fluminense, em Campos dos Goytacazes, da primeira autora, Thalia Rampazio Viana. A segunda autora Lurdes Oberg foi orientadora deste trabalho e contribuiu para a realização deste artigo.

REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, C. O que é interseccionalidade. Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- ALMEIDA, J. Geopolíticas e descolonização do conhecimento. In: Anais Seminário Nacional da Pós-Graduação em Ciências Sociais – UFES. Vitória, 2011.
- ALMEIDA, S. L. de. O que é racismo estrutural? Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.
- ALVES, B. C.; DELMONDEZ, P. Contribuições do pensamento decolonial à psicologia política. Revista Psicologia Política, São Paulo, v. 15, n. 34, p. 647-661, dez./2015. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1519-549X2015000300012&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 03 de setembro de 2021.
- BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. Rev. Bras. Ciênc. Polít., Bra-



sília, n. 11, p. 89-117, Aug. 2013 . Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/DxkN3kQ3XdYYPbwwXH55jhv/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 03 de setembro de 2021.

BENTO, M. A.; CORONE, I. Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

BOAL, A. A Estética do Oprimido. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
_____. Hamlet e o filho do padeiro: memórias imaginadas. Rio de Janeiro: Record, 2000.
_____. Jogos para atores e não atores. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

COLLINS, P.; BILGE, S. Interseccionalidade. 1.ed. São Paulo: BoiTempo, 2021.

CONCEIÇÃO, A. Cor dos Oprimidos: o teatro do oprimido como resistência, ação e reflexão frente ao racismo. 2017. 151 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de pós-graduação em Relações Étnico-Raciais – PPRER/CEFET, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: http://dippg.cefet-rj.br/pprer/attachments/article/81/80_Alessandro%20da%20Silva%20Concei%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 03 de setembro de 2021.

FUENTES, C. O espelho enterrado: Reflexões sobre a Espanha e o novo mundo. 1. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

GONZALEZ, L. A categoria político-cultural de amefricanidade. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, v. 92, n. 93, p. 69-82, jun./1988. Disponível em: <https://averdade.org.br/novo/wp-content/uploads/2020/07/Documento-43-L%C3%89LIA-GONZALES-A-CATEGORIA-POL%C3%8DTICO-CULTURAL-DE-AMEFRICANIDADE.pdf>. Acesso em: 03 de setembro de 2021.

HOOKS, B. Ensinando o pensamento crítico: sabedoria prática. 1. ed. São Paulo: Elefante, 2020.

KILOMBA, G. Descolonizando o conhecimento: uma palestra-performance de Grada Kilomba. 2016. Tradução: Jessica Oliveira. Disponível em: <http://www.goethe.de/mmo/priv/15259710-STANDARD.pdf>. Acesso em: 03 de setembro de 2021.

KILOMBA, G. Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano. 1. ed. RJ: Cobogó, 2019.

LONGHINI, G. D. N. Descolonização do Pensamento Psicológico. Revista Plural, Santa Catarina, v. 2, n. 2, p. 6-11, ago/2019. Disponível em: https://crpsc.org.br/public/images/boletins/crp-sc_plural-agosto%20Geni.pdf. Acesso em: 03 de setembro de 2021.

MARTINS, H. V. Psicologia, colonialismo e ideias raciais: uma breve análise. Revista Psicologia Política, São Paulo, v. 19, n. 44, p. 50-64, abr./2019. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1519-549X2019000100007&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 03 de setembro de 2021.

MARTÍN-BARÓ, I. Crítica e libertação na Psicologia: Estudos Psicossociais. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2017.

MBEMBE, A. Necropolítica. 1. ed. São Paulo: N-1 edições, 2018.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, A. Por uma razão decolonial: Desafios ético-político-epistemológicos à cosmovisão moderna. Civitas - Revista de Ciências Sociais, v. 14, n. 1, p. 66-80, 11 abr. 2014. Disponível em: <https://>



revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/16181. Acesso em: 03 de setembro de 2021.

RIBEIRO, D. O que é lugar de fala? 1.ed. Belo Horizonte: Letramento, 2017.

ROLNIK, S. Pensamento corpo e devir: uma perspectiva ético/estético/política no trabalho acadêmico. Cadernos de subjetividade, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 241-251, set./1993. Disponível em: <http://www4.pucsp.br/nucleodesubjetividade/Textos/SUELY/pensamentocorpodevir.pdf>. Acesso em: 03 de setembro de 2021.

SARAPECK, H. Abraçando a Árvore do Teatro do Oprimido: pesquisa e memorial de experiências com o símbolo do método. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Ensino de Artes Cênicas, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UniRio, 2016. Disponível em: <http://www.unirio.br/cla/ppgeac/dissertacoes-defendidas-em-2016/abracando-a-arvore-do-teatro-do-oprimido-pesquisa-e-memorial-de-experiencias-com-o-simbolo-do-metodo>. Acesso em: 03 de setembro de 2021.

VERGÈS, F. Um Feminismo Decolonial. 1. ed. São Paulo: ubu, 2020.



impactos psicossociais da uberização:

saúde mental na subsunção virtual do trabalho

Diego Braga Melo⁹
Lívia Gomes dos Santos¹⁰

TABA 9 - Luiz Inácio, Maritza Montero, Martin-Baró e Silvia Lane

Resumo: O fenômeno da uberização pode ser compreendido como uma nova forma de controle, gerenciamento e organização do trabalho em que garantias trabalhistas são dissolvidas e progressivamente desvalorizadas em prol da flexibilização de vínculos. Imersa no contexto do Capitalismo de Plataformas, estas empresas-aplicativo investem em meios de produção digitais e lucram por meio da redução de custos, como recursos humanos e patrimônios. Estas empresas, ainda que não sejam proprietárias dos veículos e dos smartphones, detêm os meios digitais para que as corridas e entregas se viabilizem, o que revela um processo de subsunção virtual do trabalho ao capital. Influenciado pela Psicologia Social de Ignacio Martin-Baró e suas contribuições ao campo da Saúde Mental, este estudo objetivou compreender as principais implicações psicossociais atribuídas às relações de trabalho uberizadas e seus possíveis impactos sob a saúde mental de pessoas que realizam corridas e entregas para empresas-aplicativo. A revisão bibliográfica de 28 estudos nacionais publicados entre 2015-2020 permitiu levantar principais sentidos acerca das relações de trabalho uberizadas. A relação uberizada se caracteriza por dois principais aspectos, que são dependentes entre si: o autogerenciamento subordinado e a desproteção social, tendo cada esfera desta relação seus decorrentes efeitos psicossociais. O autogerenciamento subordinado demonstrou ser a qualidade principal da uberização enquanto organização específica do trabalho, se valendo da alienação da condição real do trabalhador uberizado por meio da ideologia do homem-empresa e da identidade empreendedora, enquanto é controlado por meio de técnicas psicológicas, programadas algoritmicamente, pelo sistema de avaliações e da gamificação do trabalho. No que tange à desproteção social, que se estende a um contexto mais amplo de trabalhadores flexibilizados, é demonstrado a constante insegurança em relação à integridade física e psíquica, no que tange principalmente os campos da saúde, higiene e segurança, causada pelo desmantelamento dos direitos trabalhistas. O corpus da pesquisa revelou também dois estados de consciência principais relacionados à subsunção virtual, uma primeira resignada ao contexto de desemprego e precarização, e outra consciência coletiva, em certos momentos reivindicatória, que se expressa na cooperação trabalhista, em manifestações e campanhas em redes sociais, revelando uma luta pela humanização do trabalho que pode ser potencialmente transformada em produção de saúde mental.

Palavras-chave: Psicologia Social. Saúde Mental. Uberização.

9 Graduando de Psicologia, Universidade Federal de Goiás, ddiego12797@gmail.com

10 Doutora em Psicologia Social, professora da Universidade Federal de Goiás, livia.gomes@ufg.br



1. INTRODUÇÃO E REFERENCIAL TEÓRICO

De forma cirúrgica, Ricardo Antunes (2018) em suas reflexões acerca do mundo do trabalho contemporâneo, nomeou seu livro como *O privilégio da servidão* em referência aos milhões de brasileiros desempregados - 13,9 milhões no quarto trimestre de 2020, segundo os dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - e o milagre das ocupações informais de geração de renda que tomam centralidade nas “alternativas ao desemprego” contemporâneas.

A flexibilização, informalidade e precarização das condições de trabalho são algumas das consequências diretas das políticas neoliberais que se intensificaram no Brasil na década de 1990 e, recentemente, culminaram com aprovação do Projeto de Lei Complementar (PLC) 38/2017, a Reforma Trabalhista (ANTUNES, 2018). Esta, por sua vez, previu vínculos flexíveis entre empregado e empregador por meio de novas modalidades contratuais, como o trabalho intermitente e o teletrabalho. Tencionamos, no entanto, em que situação se encontram os indivíduos ocupados em empresas-aplicativo que realizam corridas e entregas sem algum vínculo empregatício.

Relata a iFood (c2020), uma das principais empresas-aplicativo de entrega de alimentos e outros produtos, que ao final do ano de 2020 já recebia mais de 48 milhões de pedidos mensais. Declarou ter mais de 160 mil entregadores cadastrados na plataforma, em contraste com sua equipe de funcionários composta por três mil pessoas. Como defendido por Aquino, Pilate e Félix (2020), em 2020, os entregadores ganharam maior importância no país devido ao cenário da pandemia de coronavírus (COVID-19) e as diversas medidas de contenção como o *home office* e o *lockdown*.

Já a Uber informou realizar 16 milhões de viagens por dia em todo o mundo. A empresa-aplicativo chegou ao Brasil com a Copa do Mundo de 2014, se alastrando desde então a mais de 500 cidades no país. Com 20 mil funcionários, conta com cinco milhões de motoristas “parceiros”, sendo um milhão apenas no Brasil. Identifica-se como uma empresa de tecnologia e não de transporte, que não emprega nenhum motorista e não é dona dos carros utilizados para as viagens: “nós oferecemos uma plataforma tecnológica para que motoristas parceiros aumentem seus rendimentos e para que usuários encontrem uma opção de mobilidade” (UBER TECHNOLOGIES INC., 2020).

Existe uma diversidade de termos que buscam explorar esta relação e destes, em consonância com a maioria dos estudos nacionais, escolhemos o termo *uberização*. Ludmila Costhek Abílio (2020b, p. 111), uma das principais pesquisadoras do tema, defende que

estamos acompanhando em ato uma nova forma de controle, gerenciamento e organização do trabalho, que está amplamente relacionada ao trabalho mediado por plataformas digitais mas não se restringe a ele; trata-se de uma tendência global, aqui compreendida como *uberização*. Essa se refere à materialização de décadas de transformações políticas do mundo do trabalho, apresentando-se como tendência que permeia generalizadamente o mundo do trabalho, possibilitando-nos pensar em termos de consolidação do trabalhador como trabalhador *just-in-time*¹¹.

11 Abílio (2020b) faz referência ao sistema *just-in-time*, característico do modo de produção toyotista, que busca o melhor aproveitamento possível do tempo de produção como analogia ao *modus operandi* das pessoas *uberizadas*, que se encontram disponíveis para o trabalho mas só são utilizadas de acordo com a demanda.



Para Castro (2020, p. 23)

O termo uberização foi cunhado para caracterizar uma forma de gerenciamento e organização do trabalho. Embora o nome remeta à uma empresa, e isso é compreensível dada a visibilidade e o rápido crescimento da Uber, expõe uma tendência que perpassa o mundo do trabalho e que, de forma global, vem atingindo diversas ocupações. Dessa forma, poderia ter escolhido os motoqueiros Rappi, as domésticas do Diaríssima, os professores do Get Ninjas, e ainda assim abordar a uberização do trabalho.

A uberização faz parte do que Srnicek (2017) nomeou enquanto “Capitalismo de Plataformas”: partindo de sucessivas crises, reestruturações produtivas e da influência do *boom* da internet na década de 1990, o Capitalismo avançado do século XXI passa a extrair e focar seus interesses nos dados (data) oriundos da internet. Uma nova forma de modelo comercial surge, compreendida enquanto *plataforma*¹², que por meio da atividade de seus usuários, permite com que se extraiam informações que podem servir para otimização industrial, mercadológica e, principalmente, para o controle de trabalhadores.

A Uber, iFood, Airbnb e demais empresas-aplicativos podem ser compreendidas como plataformas enxutas (*lean platforms*) que visam lucrar a partir da redução de custos, como pessoal e patrimônios (SRNICEK, 2017). Defendem Franco e Ferraz (2019) que é justamente neste investimento adiantado nos meios de produção digitais que triunfa a acumulação capitalista, pois a empresa não mais necessita investir em capital fixo. Há o que os autores denominaram de *subsunção virtual do trabalho ao capital*, pois o motorista tem os meios físicos e a força de trabalho, mas não detém os meios digitais para que o trabalho se realize. Nas palavras de Fontes (2017, p. 56) a

Uber não é proprietária direta das ferramentas e meios de produção (o automóvel, o celular), mas controla ferreamente a propriedade da capacidade de agenciar, de tornar viável a junção entre meios de produção, força de trabalho e mercado consumidor, sem intermediação de um “emprego”. A empresa detém, juntamente com outras grandes empresas ou proprietários, a propriedade dos recursos sociais de produção. [...] Somente a escala atingida pela propriedade dos recursos sociais de produção permite acoplar uma plataforma de busca a uma tecnologia móvel de cartão de crédito e a um localizador, que asseguram a estreita dependência do trabalhador, pois do cartão depende sua própria remuneração e o localizador denuncia todos os seus percursos, uma vez acionado o celular (conexão principal).

É factual como as empresas-aplicativo demonstram estar sucedendo particularmente no Brasil devido às peculiaridades históricas de seu mercado de trabalho, sendo elementos característicos a alta rotatividade, dispersão salarial e descumprimento da legislação trabalhista. Rememoram Sabino e Abílio (2019) que a herança escravagista do país, no que tange à desvalorização do valor de mão de obra e a estruturação da desigualdade racial no mercado de trabalho, o êxodo rural vivido nas décadas de 1950 a 1980 decorrente da estrutura latifundiária e a industrialização urbana, as políticas neoliberais da década de 1990 e a posição do Brasil na divisão internacio-

12 As plataformas são infraestruturas digitais que permitem com que dois ou mais grupos interajam, median-do, e eventualmente regulando, esta relação por meio das ferramentas digitais. O provedor de serviços encontra, na plataforma, uma infraestrutura já pronta para a realização de seu trabalho e a plataforma adquire acesso privilegiado à atividade destes usuários, sendo autorizada a gravá-las e extrair seus dados (SRNICEK, 2017).



nal do trabalho são algumas das causas desta precarização estrutural do mercado de trabalho nacional.

Martín-Baró (2014) se aproxima desta ideia ao definir que a situação laboral latino-americana é definida por três principais demarcadores: a divisão discriminante do trabalho, em relação às divisões entre trabalhadores urbanos e camponeses, profissionais instruídos e trabalhadores manuais e trabalhadoras femininas e masculinos; a marginalização e desemprego massivos, marcados pela pobreza generalizada instaurada pelo sistema produtivo; a dinâmica de exploração e repressão, a partir da perseguição aos sindicatos, por exemplo.

Partimos em nosso estudo dos pressupostos teóricos e ético-políticos deste autor, Ignacio Martín-Baró, psicólogo social espanhol que dedicou a maior parte da sua vida, principalmente entre às décadas de 1970 a 1980, aos estudos da realidade de El Salvador, pequeno país centro-americano marcado pela gritante desigualdade social e repressão militar. Nos apropriamos de sua compreensão da saúde mental enquanto materialização em um indivíduo, grupo ou sociedade, do caráter humanizador ou alienante, no caso do sofrimento psíquico, das relações sociais e históricas. A qualidade dos estudos em saúde mental de Martín-Baró se deu na ruptura com o modelo médico de boa adaptação individual ao meio em prol da reafirmação do sujeito histórico cuja existência se dá na rede de relações sociais (MARTÍN-BARÓ, 2017).

Martín-Baró (2014) retomou também a centralidade da luta de classes na constituição das relações humanas, pois a vida é construída pelo processo de distribuição social do trabalho e as configurações laborais impactam diretamente na saúde mental de uma população. Sua contribuição fundamental à Psicologia do Trabalho foi a tomada dos explorados e oprimidos como referência praxica, ao invés das práticas adaptacionistas da “Psicologia do Patrão”. A sensibilidade do autor é facilmente sintetizada na seguinte indagação:

É conhecida a resposta que Freud deu àqueles que o interrogaram sobre os traços de uma pessoa psiquicamente saudável: alguém que seja capaz de trabalhar e amar. [...] o que será daqueles salvadorenhos, metade de nossa população, que, por mais que busquem, não encontram trabalho? Algo similar pode ser afirmado sobre a capacidade de amar [...]. (MARTÍN-BARÓ, 2017, p. 260).

Defende-se que estas novas morfologias do trabalho, potencializadas por estruturas sociais, políticas e econômicas não tão novas, vêm gerando acidentes e sofrimento nos últimos anos, havendo nexos causais, ou seja, com relação positiva à ocupação exercida pelo indivíduo (ANTUNES, 2018). Buscamos, neste sentido, compreender as principais implicações psicossociais atribuídas às relações de trabalho uberizadas e seus possíveis impactos sob a saúde mental de pessoas que realizam corridas e entregas para empresas-aplicativo.

2. PERCURSO METODOLÓGICO

A presente exposição é um extrato de nosso projeto de pesquisa *Neoliberalismo, flexibilização trabalhista e saúde mental: reflexões acerca do trabalho mediado por aplicativos online de prestação de serviços*, que visou investigar sentidos de motoristas, entregadores e entregadoras de Goiânia acerca da atividade uberizada e seus possíveis impactos psicossociais.

Em um primeiro momento objetivamos contextualizar historicamente o fenômeno da uberização e extrair da bibliografia nacional, entre o período de 2015-2020, por meio da pesquisa pelo termo “uberização” nas bases SciELO, PeP-



SIC, LILACS e Google Acadêmico, possíveis implicações psicossociais das atividades uberizadas. Neste texto comunicamos os decorrentes resultados deste percurso investigativo-documental.

Defendemos que a uberização é um fenômeno psicossocial, ou seja, é um processo interpsossal dentro de uma determinada estrutura sociopolítica. A Psicologia Social, cunhada neste estudo, é epistemologicamente dialética ao compreender que as implicações psicossociais da uberização partem de uma síntese, deveras conflitiva, dos aspectos concretos da sociedade e da ação dos indivíduos, que carrega uma atividade, um sentido e resulta em um produto (MARTÍN-BARÓ, 2017).

Por mais que as empresas-aplicativo se apropriem de termos como “parceiros” e “colaboradores”, compreendemos e defendemos que a relação entre motorista/entregador(a) e plataforma seja uma relação de trabalho, ainda que não ocorra contratação direta e garantia de direitos. Sendo uma relação de trabalho, esta é qualitativamente alienante ou humanizante, ou alienante e humanizante em diferentes aspectos, compreendendo-a enquanto relação contraditória. Prosseguindo, de acordo com sua caracterização, materializa-se nos indivíduos configurando processos de saúde mental e/ou sofrimento psíquico.

Defendemos que, a partir da revisão bibliográfica, podemos qualificar a relação de trabalho uberizada e teorizar acerca de seus hipotéticos efeitos sob a saúde mental destas pessoas, tendo em vista que: a) um estudo suficientemente conclusivo deveria se pautar no diálogo direto com estes indivíduos, por meio de entrevistas e análises semânticas; b) o fenômeno da uberização ainda é recente, dificultando um olhar à longo prazo de seus efeitos psicossociais.

O material reunido levanta vozes relativas à pesquisadores e pesquisadoras das Ciências Sociais dentro da semiótica da uberização, tecida por Weiss e Duarte (2020, p. 109) como uma “gama de expressividades distintas acerca da compreensão e dos sentidos do trabalho uberizado”. Organicamente as pessoas que se ocupam com entregas e corridas para empresas-aplicativo são contempladas, direta ou indiretamente, nestes sentidos da uberização pois participaram dos estudos, instigaram análises discursivas por meio de manifestações e reivindicaram juridicamente seus direitos. Visando expandir a participação destes indivíduos no processo de investigação, construímos uma enquete de opinião para que avaliassem os sentidos levantados no processo de revisão bibliográfica, que serão publicados futuramente.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Buscaremos, nesta etapa da discussão, expor os principais aspectos levantados da configuração das relações de trabalho uberizadas, tencionando suas implicações psicossociais, tendo como base o corpus bibliográfico da pesquisa (ABÍLIO, 2019; ABÍLIO, 2020A; ABÍLIO, 2020B; AGOSTINI, 2018; ANDRÉ, SILVA & NASCIMENTO, 2019; AQUINO, PILATE & FÉLIX, 2020; BARLETA, 2019; BEZERRA, 2019; BRANCO, COMARU & SILVA, 2020; CARVALHO PEREIRA & SOBRINHO, 2020; CASTRO, 2020; COSTA, 2020; DUTRA & SEPÚLVEDA, 2020; FERREIRA & BRANDÃO, 2020; FILGUEIRAS & ANTUNES, 2020; FONTES, 2017; FRANCO & FERRAZ, 2019; GONDIM, 2020; JUNG & TAVARES, 2020; LOPES, 2017; MARTINS & MIRANDA, 2017; MOARES, OLIVEIRA & ACCORSI, 2019; OLIVEIRA & OLIVEIRA, 2020; SABINO & ABÍLIO, 2019; SILVA & CECATO, 2017; SOUSA & MEINBERG, 2020; UCHÔA-DE-OLIVEIRA, 2020; WEISS & DUARTE, 2020). Foram incluídos significados recorrentes em pelo menos um terço dos artigos.

Compreendemos que a relação uberizada se caracteriza por dois principais aspectos, que



são dependentes entre si, o *autogerenciamento subordinado* e a *desproteção social*, tendo cada esfera desta relação seus decorrentes efeitos psicossociais. Compreendemos, no entanto, que ainda que ambos possuam gênese na mesma estrutura de flexibilização, informalidade e precarização do trabalho, uma categoria revela uma especificidade do trabalho mediado por aplicativos e outra é extensa a outros grupos profissionais, como terceirizados ou intermitentes, respectivamente.

O *autogerenciamento subordinado* demonstrou ser o aspecto central que qualifica a atividade uberizada como uma organização específica do trabalho dentro das novas morfologias trabalhistas. O termo se refere à um deslocamento da figura do “empreendedor” para a pessoa que escolhe aderir à plataforma, renuncia ao direito às regulamentações trabalhista e é gerenciado por si mesmo. Gerenciamento este, que no entanto, é submetido a novos meios de controle baseados na extração e processamento de dados, controle e vigilância por meio de programações algorítmicas (ABÍLIO, 2019).

Recorrente em 20 artigos, se induz que a relação de trabalho uberizada intensifica a assunção de uma identidade “empreendedora”, “gestora de si mesma” e “responsável pelo próprio sucesso”. Esta identidade emerge com a intensificação da ideologia neoliberal e sua visão de sociedade como “uma grande empresa composta por menores empresas” que, conseqüentemente, necessita de uma norma produtiva, subjetiva, que se consolida no homem-empresa – nas palavras de Dardot e Laval (2016, s/p)

[...] a gestão neoliberal de si mesmo consiste em fabricar para si mesmo um eu produtivo, que exige sempre mais de si mesmo e cuja autoestima cresce, paradoxalmente, com a insatisfação que se sente por desempenhos passados. Os problemas econômicos são vistos como problemas organizacionais, e, estes se resumem, por sua vez, a problemas psíquicos relacionados a um domínio insuficiente de si e da relação com os outros.

Na uberização, esta relação se apresenta de forma ainda mais alienada ao passo que a atividade não envolve inovação ou criatividade, tampouco há o delineamento de planos de negócios característicos da gestão empresarial: são, de fato, responsáveis apenas pelos eventuais riscos e manutenção dos meios (UCHÔA-DE-OLIVEIRA, 2020). Compreendemos que este fenômeno pode potencializar uma imagem falseada de si, um sentido esvaziado que, por mais que supostamente “empodere indivíduos”, os despoja da qualidade básica do trabalho humano: a transformação da realidade e de si mesmo. Há, de fato, uma despersonalização do trabalho já que a formação acadêmica pouco importa para a execução da corrida/entrega, sendo a subjetividade convertida em perfil virtual e valorada a partir da média de avaliações obtidas pelo serviço prestado. Em entrevista com quatro motoristas, Castro (2020, p. 55) disserta que

Se já parceiros por gíria popular, parceiros agora consolidados pela Uber. Quatro pessoas que aparentemente não tem nada a ver um com os outros: não são contemporâneos, não possuem os mesmos gostos e estilos, não tem a mesma formação, não descobriram ter o mesmo livro de cabeceira, muito menos o mesmo “par de sapato caramelo”. Sentada à mesa com eles percebo poucos pontos em comum, poucas afinidades. São pessoas que talvez nunca tivessem feito escolhas para que os caminhos se cruzassem, e se acontecesse pelo mero destino, talvez nunca tivessem se escolhido.

Diversos estudos demonstraram que o sistema de avaliações das plataformas digitais é um dos principais mecanismos de subsunção virtual do trabalho. Para Castro (2020) estas avaliações são baseadas no valor humano e na maleabilidade de humores e preferências, sem critérios objetivos. É notório como a positividade em não ser chefiado se transforma gradualmente no medo de avaliações negativas, no sen-



timento de constante vigilância e no comportamento performático: “A subjetividade que identificamos é parcial e fragmentada [...] é tanto relacional como performativa, tomando forma no contexto interativo (motorista-passageiro) do movimento pela paisagem urbana” (JUNGE; TAVARES, 2020, p. 120).

Outra esfera desta gestão algorítmica é o processo de *gamificação* do trabalho, ou *ludificação*, técnica que se apropria de mecanismos psicológicos que objetivam interferir na vontade do trabalhador e incutir o desejo de trabalhar mais, por meio de promoções e desafios gerados pelo aplicativo (CASTRO, 2020). Por melhores recompensas, motoristas e entregadores acabam realizando corridas e entregas durante tempestades, na madrugada e em locais perigosos. Esse processo é responsável, em grande medida, pela conversão do tempo social em tempo econômico, potencializando o sentimento de culpa e o maior tempo *online*, disponível, logado nestes aplicativos. Segundo Uchôa-de-Oliveira (2020, p. 6-7),

As empresas aplicam os jogos para diminuir o tédio e a monotonia do trabalho uberizado, para encorajar o trabalho não remunerado dos trabalhadores e consumidores, e para funcionar como um novo departamento de recursos humanos que simula funções, como treinamento e gestão da remuneração – outrora responsabilidades deste departamento. O engajamento subjetivo que a lógica do jogo propõe deve ser levado em consideração na análise do trabalho, especialmente, quando esta lógica leva à maior intensidade e extensão da jornada de trabalho.

Esta gestão fantasmagórica é reafirmada pela relação unilateral entre motorista/entregador e empresa-aplicativo, a arbitrariedade das retaliações da plataformas e expulsões não-justificadas que prejudicam a continuidade do trabalho. Como apontado por Agostini e Scheffer (2018), existe uma significação negativa da relação com a empresa, principalmente no que tange a comunicação e a escuta de demandas, que tem correspondentes materiais com ações repreensivas da empresa-aplicativo.

Compreende-se, no entanto, que nem todos os aspectos da uberização são específicos desta forma de gestão, mas fazem parte de um processo mais abrangente de desproteção social causado pela flexibilização e precarização do trabalho contemporânea. Consenso em todos os textos explorados foi a significação da relação de trabalho uberizada como uma perda de direitos e a consequente vulnerabilização do trabalhador uberizado. O que, no entanto surpreende nos estudos é que o ingresso na empresa-aplicativo não ocorre somente como uma alternativa ao desemprego, mas também como alternativa à precariedade presente também nos empregos com vínculos efetivos previstos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) – isso se dá nos casos em que estes trabalhadores visam complementar a renda principal por meio dos aplicativos ou abnegam as garantias trabalhistas em prol de serem suas próprias “empregas”.

Esta relação desprotegida tem como característica principal a insegurança em relação à integridade biopsicossocial, no que tange o espectro saúde, higiene e segurança. Intensificada pela longa jornada de trabalho, é possível que esta forma de organização venha intensificando dores físicas e alterações de humor. Como apontado por André, Silva e Nascimento (2019) há um sequestro da subjetividade em que o funcionário se dedica totalmente a empresa, acarretando danos à sua saúde, sem se sentir mais explorado por isto.

O estudo referido aponta para a desregulação do sono – e o fenômeno dos que dormem dirigindo – e constantes estados de ansiedade e irritabilidade (ANDRÉ; SILVA; NASCIMENTO, 2019). No que tange o cenário atual de medicamentação da vida, deduzimos que essas longas jornadas e suas alterações biopsíquicas podem incentivar que motoristas e



entregadores utilizem psicotrópicos, ou até mesmo drogas ilícitas estimulantes, para que consigam realizar suas corridas e entregas. No entanto, mais estudos são necessários em relação à esta temática.

Por fim, foi possível compreender duas formas principais de consciência que emergem entre os trabalhadores uberizados: uma consciência conformada, individualizada e resignada que supervaloriza as empresas-aplicativo e outra consciência, de caráter coletivo, que se engaja cada vez mais em atividades reivindicatórias.

Uma primeira consciência é expressa na resignação à condição uberizada em contraste com o cenário estrutural de desemprego e precarização de regimes baseados na CLT. Apresenta-se um sentido de que “é melhor realizar corridas/entregas para aplicativos do que estar desempregado”, que é razoavelmente compreensível, em certa medida. No entanto, foi possível inferir dos estudos que este sentido tende a se converter no sentimento de gratidão pela empresa-aplicativo, tendo-a enquanto uma iniciativa salvacionista. Martín-Baró (2017, p. 186) já apontava para o fenômeno do fatalismo latino-americano e este decorrente conformismo frente às circunstâncias da vida: “A inevitabilidade histórica se torna mais aceitável quando se percebe o destino como natural; a necessidade se converte em virtude e, assim, se faz limonada com o fatídico limão da vida”.

Esta resignação, ou conformismo, pode ser explícita no que Iasi (1999) definiu enquanto primeira forma de consciência, caracterizada pela submissão às relações dadas, consequentemente naturalizadas, e interiorização dos valores externos como próprios, buscando manter sua aplicação, desenvolvimento e reprodução. Tomando para si a lógica do capital, é satisfatório ter sua força de trabalho comprada e, partindo do cenário de crise econômica, é um privilégio servir. No entanto, cerca de 11 estudos demonstraram que estes motoristas e entregadores estão cada vez mais se organizando coletivamente: o que inicialmente se expressa numa insatisfação com a remuneração e insegurança quanto à integridade física, progressivamente se transforma num engajamento em grupos digitais de plataformas como o WhatsApp e Facebook, em que compartilham suas histórias, trocam informações e comunicam angústias cotidianas.

Esse engajamento vêm se convertendo em atos reivindicatórios, em paralisações e campanhas digitais como o *#BrequeDosApps*¹³, estratégia de luta traçada por entregadores e entregadoras de empresas-aplicativos que consistiu em paralisar o trabalho por um dia. Como apontado por Martín-Baró (2017, p. 199) é justamente a organização social das maiorias populares que pode eliminar o fatalismo latino-americano: “Somente dessa maneira será superado o individualismo, isto é, a concepção de que cada um deve enfrentar isoladamente suas condições de vida, que o êxito ou fracasso é algo que depende somente de cada indivíduo particular [...]”

Estamos presenciando o surgimento e potencialização da segunda forma de consciência a reivindicatória, em que indivíduos têm a injustiça vivida como revolta partilhada enquanto identidade grupal, possibilitando a ação coletiva (IASI, 1999). Segundo Weiss & Duarte (2020), ainda não se pode afirmar que, no Brasil, o *ethos* empreendedor, ou neoliberal, tenha sido totalmente internalizado, o que se expressa na atividade contestatória de diversos trabalhadores uberizados. Defendemos que essa ruptura com o homem-empresa e a organização coletiva são fatores positivos que podem potencializar a distribuição de saúde mental entre motoristas e entregadores, pelo seu caráter humanizador.

13 Contando com a participação dos consumidores, a campanha do *#BrequeDosApps* orientou que estes não fizessem nenhum pedido no dia do “breque” e avaliassem com notas baixas os aplicativos pelos smartphones. Diversos entregadores foram às ruas reivindicar pautas relativas à melhor remuneração e o fim dos bloqueios unilaterais, por exemplo.



4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discutir as relações entre a Psicologia, e sobretudo a Psicologia Social, e o fenômeno da uberização retoma discussões caras à *práxis* contemporânea e sua interface ético-política. No quesito técnico, a clínica se permite ouvir e retomar a história de indivíduos e grupos psicoterapêuticos podem potencializar a tomada de consciência de fenômenos psicossociais, mas a resolução dos problemas relativos ao campo das novas morfologias do trabalho e suas implicações psicossociais não somente podem, como devem, ser discutidos a nível estrutural, no que tange ações da sociedade política e a luta coletiva da sociedade civil.

Isto não significa dizer que a contribuição da Psicologia ao debate é insignificante, pelo contrário, compreender que a uberização gera efeitos psicossociais sob a saúde mental do trabalhador, principalmente por se valer de meios de controle psicológicos, fortalece o olhar para este grupo e coopera com os esforços científicos e militantes que visam evidenciar o aspecto alienatório da relação de trabalho uberizada – em que é negada até mesmo a palavra “trabalho”.

No que tange à ciência psicológica é essencial politizar conhecimentos instituídos que são apropriados acriticamente para o controle e subsunção do trabalhador ao capital. Como visto, técnicas de Psicologia estão sendo imbricadas no modo gerencial das plataformas, demonstrando que o desenvolvimento tecnológico não é neutro e tampouco a criação de novas ferramentas digitais representa um avanço social no que tange as possibilidades de humanização das classes trabalhadoras.

Confluindo diferentes referências, consideramos que as relações uberizadas potencializam a alienação do indivíduo em relação a si mesmo, que deve se identificar como empreendedor, à sua atividade, que não pode ser chamada de “trabalho”, e à sociedade, em que os que vencem são os que se esforçam. Defendemos que esta característica alienante das relações de trabalho uberizados são geradoras de sofrimento cotidiano, que só pode ser superado por meio da organização coletiva.

O que, de fato, deve ser colocado em perspectiva é a situação geral do trabalho brasileiro, estruturado pela precariedade e informalidade, pois o combate à uberização é ineficaz sem o fortalecimento de uma alternativa humanizadora. Tendo em vista que uma parcela cada vez maior de uberizados complementa a renda por meio de empresas-aplicativos, ou ainda, renuncia ao regime CLT para, em tese, ser mais bem remunerado e escapar de assédios morais decorrentes das organizações, por exemplo, a luta pela garantia dos direitos trabalhistas a todos afetará diretamente as relações uberizadas.

REFERÊNCIAS

ABÍLIO, L. C. Uberização: do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. *Psicoperspectivas*, v. 18, n. 3, p. 1-11, nov. 2019.

ABÍLIO, L. C. Uberização e juventude periférica: desigualdades, autogerenciamento e novas formas de controle do trabalho. *Novos Estudos*, v. 39, n. 3, p. 579-597, set./dez. 2020.

ABÍLIO, L. C. Uberização: a era do trabalhador just-in-time? *Estudos avançados*, v. 34, n. 98, p. 111-126, jan./abr. 2020.



- ANDRÉ, R. G.; SILVA, R. O. D.; NASCIMENTO, R. P. “Precário não é, mas eu acho que é escravo”: análise do trabalho dos motoristas da Uber sob o enfoque da precarização. *Revista Eletrônica de Ciência Administrativa*, v. 18, n. 1, p. 7-34, jan./abr. 2019.
- ANTUNES, R. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018. 325 p.
- AQUINO, J. V. M. D. A.; PILATE, F. D. D. Q.; FÉLIX, Y. D. S. Uberização do trabalho e os riscos à saúde dos entregadores por aplicativo frente à pandemia da Covid-19. *Revista Direitos, Trabalho e Política Social*, v. 6, n. 11, p. 46-69, jul./dez. 2020.
- BARLETA, M. C. F. Um estudo sobre os sentidos do trabalho na uberização em São José dos Campos. 2019. 116p. Dissertação (Mestrado em Administração) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.
- BEZERRA, L. E. R. O trabalho do motorista de Uber - uma alternativa ao desemprego? *Revista Visão: Gestão Organizacional*, v. 8, n. 2, out. 2019.
- BRANCO, P. M. C.; COMARU, F. D. A.; SILVA, S. J. D. Uberização e Covid-19: esgarçando as contradições do trabalho no século XXI. *Revista Novos Rumos Sociológicos*, v. 8, n. 14, p. 116-134, ago./dez. 2020.
- CARVALHO, F. S. E. D.; PEREIRA, S. D. S.; SOBRINHO, G. S. #BrequeDoApps e a organização coletiva dos entregadores por aplicativo no Brasil. *Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano*, Campinas, v. 3, p. 1-29, dez. 2020.
- CASTRO, V. V. As ilusões da uberização: um estudo à luz da experiência de motoristas de Uber. 2020. 303 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2020.
- COSTA, M. C. Força de trabalho, delivery e a pandemia de COVID-19 do avanço das plataformas digitais ao acirramento das contradições. *Ensaio de Geografia*, v. 5, n. 10, p. 75-80, mar. 2020.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017. Ebook. 508 p.
- DUTRA, R. Q.; SEPÚLVEDA, G. O trabalho nos aplicativos de entrega de mercadorias: a desconstrução do sujeito de direitos trabalhistas. *Revista Estudos Institucionais*, v. 6, n. 3, p. 1230-1252, set./dez. 2020.
- FERREIRA, J. V. M.; BRANDÃO, A. Uberização, a nova classe de trabalhadores. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, v. 6, n. 12, p. 91-104, dez. 2020.
- FILGUEIRAS, V.; ANTUNES, R. Plataformas digitais, Uberização do trabalho e regulação no Capitalismo contemporâneo. *Contracampo*, v. 39, n. 1, p. 27-43, abr./jun. 2020.
- FONTES, V. Capitalismo em tempos de uberização: do emprego ao trabalho. *Marx e o Marxismo*, v. 5, n. 8, p. 45-67, jan./jun. 2017.



- FRANCO, D. D. S.; FERRAZ, D. L. D. S. Uberização do trabalho e acumulação capitalista. Cad. EBAPE.BR, v. 17, ed. especial, p. 844-856, nov. 2019.
- GONDIM, T. P. A luta por direitos dos trabalhadores “Uberizados”: apontamentos iniciais sobre organização e atuação coletivas. Mediações, v. 25, n. 2, p. 469-487, mai./ago. 2020.
- IASI, M. L. Processo de consciência. São Paulo: CPV, 1999. 118 p.
- IFOOD. Pensou iFood, pensou na FoodTech referência na América Latina, Osasco SP, c2020. Disponível em: <https://institucional.ifood.com.br/ifood>. Acesso em: 27 mar. 2021.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Desemprego. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: 27 abr. 2021.
- JUNGE, B.; TAVARES, Á. P. A. Subjetividades móveis: sentidos de periferia e percepções da crise entre motoristas de Uber em Recife. Novos Estudos, v. 39, n. 1, p. 103-123, jan./abr. 2020.
- LOPES, M. C. A. Qualidade de vida no trabalho em atividades de serviços de transporte por aplicativos: um estudo de caso na empresa Uber. 2017. 27 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) - Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana.
- MARTÍN-BARÓ, I. Psicologia Política do Trabalho na América Latina. Revista de Psicología de El Salvador, v. 14, n. 31, p. 609-624, dez. 2014.
- MARTÍN-BARÓ, I. Crítica e libertação na Psicologia: estudos psicossociais. Petrópolis: Vozes, 2017. 336p.
- MARTINS, A. C. T.; MIRANDA, M. G. D. Capital social, precarização e uberização do trabalho. LexCult, v. 1, n. 1, p. 93-108, set./dez. 2017.
- MORAES, R. B. D. S.; OLIVEIRA, M. A. G. D.; ACCORSI, A. Uberização do trabalho: a percepção dos motoristas de transporte particular por aplicativo. Revista Brasileira de Estudos Organizacionais, v. 6, n. 3, p. 647-681, dez. 2019.
- OLIVEIRA, V. L. R. D.; OLIVEIRA, Í. M. D. As particularidades do trabalho dos motoboys no contexto brasileiro. Revista Direitos, trabalho e política social, v. 6, n. 11, p. 158-175, jul./dez. 2020.
- SABINO, A. M.; ABÍLIO, L. C. Uberização: o empreendedorismo como novo nome para a exploração. Trabalho e desenvolvimento humano, v. 2, n. 2, p. 109-135, dez. 2019.
- SILVA, J. C. T. D.; CECATO, M. Á. B. A uberização da relação individual de trabalho na era digital e o direito do trabalho brasileiro. Cadernos de Direito Actual, v. 7, p. 257-271, 2017.
- SOUSA, E. J. S. D.; MEINBERG, M. O. A “uberização” e o aprofundamento da flexibilização do trabalho. Princípios, v. 1, n. 159, p. 107-125, jul./out. 2020.



SRNICEK, N. Platform capitalism. Cambridge: Polity Press, 2017. 120p.

UBER TECHNOLOGIES INC. Fatos e Dados sobre a Uber. 2020. Disponível em: <<https://www.uber.com/pt-BR/newsroom/fatos-e-dados-sobre-uber>>. Acesso em: 27 mar 2021.

UCHÔA-DE-OLIVEIRA, F. M. Saúde do trabalhador e o aprofundamento da uberização do trabalho em tempos de pandemia. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, v. 45, p. 3-8, jul. 2020.

WEISS, H. C.; DUARTE, M. S. A semiótica da Uberização em tempos de pandemia: do autogerenciamento subordinado ao breque dos apps. Revista Contraponto, v. 7, n. 3, p. 102-121, ago./dez. 2020.



psicologia, mst e mpa:

construindo trilhas possíveis entre a formação e os movimentos sociais do campo

Edvaldo Ribeiro Brandão¹⁴

Liliane Santos Pereira Silva¹⁵

Roberto Albuquerque de Salsa¹⁶

Saulo Luders Fernandes¹⁷

Resumo: A Psicologia se constitui enquanto área do conhecimento tomando como modelo o sujeito urbano, classificando-o como norteador para a elaboração de suas teorias, situando cursos de formação nos grandes centros urbanos, e ignorando às necessidades dos sujeitos que não se encaixavam nesta lógica. Ao adentrar o rural — tanto por meio da atenção básica quanto através da interiorização dos cursos superiores —, os déficits destas teorias entram em evidência por não suprirem com as demandas emergentes no novo espaço de atuação, o que acaba por requerer métodos que sejam baseados nas especificidades de tais sujeitos. Partindo desse pressuposto que o presente artigo busca esboçar metodologias possíveis para a aproximação da academia junto ao meio rural, tomando como pilar experimentações realizadas pelo Programa de Educação Tutorial - Núcleo de Estudos do Semiárido Alagoano (PET-Nesal) junto de militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) em comunidades situadas no agreste e sertão do estado de Alagoas. Por meio de atividades de extensão e ensino desenvolvidas em conjunto com as lideranças comunitárias de ambos os movimentos, a necessidade de interlocuções entre a academia e o rural é exposta, evidenciando a pertinência de formações acadêmicas que levem em consideração o contexto sociocultural no qual os sujeitos estão inseridos e as demandas vislumbradas no ambiente rural — que, nesse caso, tomam formas específicas por se tratar de movimentos sociais de cunho político ligados à luta pela terra. As atividades são expostas e analisadas a partir de três eixos, sendo eles: 1) Da universidade ao campo: a prática extensionista como ferramenta na reconstrução do saber; 2) Do campo à universidade: refazendo percursos e ampliando horizontes; e 3) Construções conjuntas em busca de outra Psicologia. Cada eixo versa sobre especificidades na construção das pontes estabelecidas ao longo dos últimos dois anos. Tomando como ponto de partida as cenas vivenciadas no decorrer das ações e guiados pelos/as teóricos/

14 Graduando em Psicologia pela Universidade Federal de Alagoas – Campus Arapiraca – Unidade Educacional de Palmeira dos Índios e Bolsista no Programa de Educação Tutorial – Núcleo de Estudos do Semiárido Alagoano. E-mail: edvaldorbrandao@hotmail.com.

15 Psicóloga (CRP 15/5850) e Mestranda em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Alagoas. Membro da Comissão de Direitos Humanos do Conselho Regional de Psicologia de Alagoas – 15ª Região. E-mail: atelierdeafetos@gmail.com.

16 Graduando em Psicologia pela Universidade Federal de Alagoas – Campus Arapiraca – Unidade Educacional de Palmeira dos Índios e Bolsista no Programa de Educação Tutorial – Núcleo de Estudos do Semiárido Alagoano. E-mail: robertoalbuquerque10@gmail.com

17 Professor do curso de psicologia da Universidade Federal de Alagoas. Professor do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Alagoas. Doutor em Psicologia pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: saupsico@gmail.com.



as da Psicologia Social Latino Americana, os autores buscam tecer caminhos na construção de epistemologias que tragam pistas às práticas dos sujeitos camponeses — estejam eles dentro ou fora do espaço acadêmico —, reafirmando os resultados satisfatórios das atividades na formação dos/as discentes envolvidos/as e deixando em aberto possibilidades futuras para a construção de práticas equivalentes.

Palavras-chave: Ruralidades. Extensão. Interiorização.

1. INTRODUÇÃO E REFERENCIAL TEÓRICO

A construção da Psicologia enquanto ciência e profissão é marcada diretamente por processos individualizantes, o sujeito é deslocado do espaço territorial e concebido de forma universal. Essa lógica resulta na eleição de seres abstratos, que, em tese, contemplam todos os outros, para que os/as profissionais da área possam se debruçar, pesquisar sobre e, então, firmar suas atuações nestas bases. É partindo desta premissa que diversas abordagens psicológicas — muitas delas sustentadas por vieses cientificistas — optam por formular fazeres que possam ser aplicados independentemente do sujeito e do seu meio social, ignorando a pluralidade e as questões sócio-culturais e territoriais presentes no processo de construção da subjetividade.

Situando de forma epistemológica, Fernandes (2014) aponta que “[...]a psicologia enquanto ciência funda seus pilares sobre o homem moderno e a realidade urbana na qual este supostamente se produz” (p.86), e a questão que surge com o avanço desse fazer é justamente a pseudo-neutralidade disseminada em sua premissa, que, mesmo se propondo enquanto neutra, acaba centralizada em sujeitos urbanos e burgueses, que compõem o seletivo grupo no topo da pirâmide social. Enquanto isso, aos ditos desviantes à norma resta a adequação, os processos terapêuticos que deveriam buscar a emancipação do sujeito passam a cumprir papel normatizador, medindo-os com métricas que, na maior parte das vezes, não lhes cabem.

Dentre as áreas negligenciadas na seletividade do saber psicológico encontra-se o meio rural, que, historicamente, é relegado à margem das discussões que tocam a Psicologia. Para além do distanciamento físico, e devido aos cursos surgirem, na história da psicologia brasileira, majoritariamente localizados nos grandes centros urbanos (MACEDO; DIMENSTEIN, 2011), o distanciamento teórico se afirmava hegemonicamente, já que o meio rural e o sujeito que nele habita não ocupavam lugar de prioridade nas discussões tecidas.

Partindo deste ponto, Martins (2010) propôs mapear a visão que os/as estudantes de Psicologia de uma instituição de ensino superior situada em Belo Horizonte tinham a respeito do meio rural; segundo o levantamento, os/as estudantes descreviam o espaço rural baseado em características do ambiente, frequentemente associando-o às secas; outro grupo remetia diretamente aos estereótipos construídos socialmente sobre o homem do campo, ligando-o à passividade, sofrimento, desemprego e derivados (MARTINS, 2010). Essa visão surge devido à lacuna de disciplinas que versem sobre as experiências de sujeitos do campo nos cursos de formação em Psicologia, essa falta acaba por formar profissionais que não conseguem cogitar a atuação em cidades interioranas, o que produz ciclos que se retroalimentam, gerando profissionais nos grandes centros urbanos e para os grandes centros urbanos.

Mesmo com a Psicologia majoritariamente voltada às questões urbanas, alguns pesquisadores se colocavam contra a corrente ao se debruçar sobre questões relativas ao ambiente rural; num mapeamento sobre as pesquisas ligadas especificamente ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Ter-



ra (MST), Domingues (2007) mostra produções de dissertações sobre o movimento social datadas de 1988, seguido de outras, que tornaram-se mais recorrentes no decorrer dos anos. Segundo Leite et al. (2013), o aumento significativo das produções à respeito do que toca o rural e sua cotidianidade pode ser atribuído ao processo de interiorização das universidades federais, realizado por meio do Governo Lula mediante o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), para os autores “[...] a aproximação dos psicólogos com os municípios de médio e pequeno porte, em que a sede desses municípios tem estreita relação com seu meio rural, fez com que entrássemos em contato com uma realidade nova para nossa categoria profissional.” (Leite et al., 2013, p. 36).

Ao explorar os processos de interiorização da Psicologia no Brasil, Macedo e Dimenstein (2011) apontam duas principais causas para este fenômeno, sendo elas a inserção da categoria nas políticas públicas — principalmente nos serviços que são substancialmente localizados em cidades de pequeno e médio porte, como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) — e o aumento dos cursos de Psicologia nas cidades interioranas, que, há uma década, já se encontravam predominantemente situados nestes município; desse modo, a Psicologia se expandiu acadêmica e profissionalmente nos interiores, entrando em contato com demandas novas e específicas. À medida que sujeitos provenientes de municípios interioranos passam a ocupar o ambiente acadêmico, a Psicologia começa a delinear novas formas de se reconstruir frente às demandas do meio rural. Mesmo com os breves avanços em direção ao campo, a produção sobre o tema ainda é relativamente escassa, o que dificulta até mesmo a produção de estudos sobre as questões camponesas em ligação com a Psicologia; estas novas epistemes se constituem a passos lentos, mas não deixam de marcar ruptura na hegemonia que tomava conta do espaço acadêmico.

No contexto rural nos deparamos com movimentos sociais de luta pela terra, importantes atores sociais no relato de experiência em questão. O estudo no qual iremos nos debruçar, nasce da interlocução entre o Programa de Educação Tutorial - Núcleo de Estudos do Semiárido Alagoano (PET-Nesal) com movimentos sociais de luta pela terra, aqui representados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), é a partir das pontes estabelecidas junto destes grupos que tensionamentos emergem, fazendo com que discentes e docentes possam elaborar caminhos na construção do saber psicológico descentralizado do eixo urbano e visando as demandas dos sujeitos camponeses.

Existente em 24 estados e contando com uma média de 350 mil famílias assentadas, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra se constitui enquanto um dos maiores movimentos sociais da América Latina, tendo como principal demanda a luta pela reforma agrária popular (MST, Site oficial); como apontado por Leite e Dimenstein (2010), a luta pela reforma agrária traz consigo o enfrentamento a todo um modo de gestão político-econômica, que vai englobar a luta contra o capitalismo, contra o agronegócio e a exigência de direitos básicos, como educação, saneamento, políticas públicas de saúde, para os autores, “[...] a própria expansão da luta do MST para além do argumento-terra constrói relações mais complexas internas ao movimento, bem como dinamiza e torna mais heterogêneos seus integrantes” (LEITE; DIMENSTEIN, 2010, p.275). A pluralidade aparece como importante aspecto na militância política, sendo a singularidade dos sujeitos potencializador nos processos de luta e emancipação social. O Movimento, fundado em 1984, se destaca por sua organização política de base, ferramenta na resistência da esquerda diante da ascensão do conservadorismo e ao processo de despolitização vigente no país.

Alguns anos após a criação do MST e inspirado diretamente pela organização do mesmo, surge o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), também na luta pelos direitos dos sujeitos camponeses e contra a crise alimentar imposta pelo capitalismo. O Movimento surge nos anos 1990, tendo sua fundação



oficializada em 1997 no estado do Rio Grande do Sul, e atualmente se faz presente em 17 estados, contando com aproximadamente 100 mil famílias (MPA, Site oficial); nas suas bases estão a luta contra a expansão do agronegócio no campo e em busca de Soberania Alimentar. Surgindo como resposta direta aos frequentes ataques direcionados aos pequenos agricultores durante os governos neoliberais vigentes no final da década de 80 até a virada do século, o MPA se constitui enquanto movimento de resistência contra os latifundiários que procuravam ocupar o campo com interesses econômicos (SANTOS, 2016). Os/as pequenos/as agricultores/as presentes no movimento lutam pela produção de alimentos saudáveis e por melhor qualidade de vida no campo, objetivando a Soberania Alimentar em que cada comunidade possa produzir seu próprio alimento, e que o propósito dessa produção seja o combate à fome, não a busca pelo lucro.

Ao adotar posição de enfrentamento às grande oligarquias, os movimentos sociais tornam-se alvo de violência nos espaços campestinos, e esta alcança índices alarmantes, atingindo os/as militantes — direta e indiretamente — durante todo o processo de luta; seja através da ameaça constante que ronda os assentamentos ou pela insegurança deixada por histórico de assassinatos entre os/as militantes, a violência nestes espaços acaba por tomar formas específicas. Essa forma de violência não ocorre de modo alheio, é objetivamente direcionada aos/as militantes dos movimentos, que buscam por modos de vida alternativos ao capitalismo, o que classifica a violência sofrida como política; junto do MST e MPA encontramos outros movimentos sociais assolados pela violência política, como as comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, e diversas outras que lutam por seus direitos frente ao Estado. O Estado age de forma negligente, ao passo que ataca de forma covarde qualquer um que se levante contra sua política de extermínio a vida e extrativismo da natureza, pautada na morte e na expropriação. Os índices de violência nos espaços rurais ainda demonstram considerável aumento nos últimos anos, como aponta o Atlas da Violência no Campo, realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), do ano de 2020 os conflitos no campo aumentaram em 54,5% no espaço entre 2010 e 2019, sendo que grande aumento foi registrado entre os anos de 2018 e 2019, totalizando 23,1%.

É nesse ponto que o distanciamento da Psicologia das demandas do campo se torna mais problemático. O contexto sociopolítico que situa os/as militantes do MST e MPA no alvo de poderosas oligarquias e do Estado acaba por causar certa modalidade de sofrimento psíquico que, ainda encontra-se distante dos estudos da Psicologia. Em síntese, é necessário que a Psicologia desloque-se rumo ao espaço rural para além da geografia, aprofundando-se nas especificidades dos processos de subjetivação forjados nesse território, refletindo sobre a violência ali existente, sua causa e seus danos, para, assim, poder colocar em prática fazeres críticos e contextualizados.

Como apontado por Martín-Baró (1990) a violência não deve ser tratada como algo abstrato, mas como algo concreto, e, por isso, deve ser analisada a partir de sua natureza e seu alcance, para, assim, chegar em suas raízes: “Es necesario, por tanto, volver los ojos a las formas concretas de violencia que se dan en nuestros países en los momentos actuales, en lugar de arrancar de definiciones genéricas, teorizaciones abstractas o presupuestos de sentido común.” (MARTÍN-BARÓ, 1990, p.128). Os/as profissionais de Psicologia devem adentrar os espaços de luta pela terra para compreender os impactos psicossociais da violência política, partindo da materialidade e propondo formas de atuação que sejam pautadas naquele espaço ao invés de tentar encaixar os sujeitos rurais nos moldes prontos vindos da lógica urbana.

Tomando como base o pressuposto anteriormente citado, Bock (1997) propõe que a formação em Psicologia seja diretamente ligada à realidade social brasileira, capaz de atrelar os saberes teóricos com as especificidades dos sujeitos e de suas vivências, tendo como propósito atender suas demandas de forma satisfatória; formação essa que possa ser



baseada na pesquisa e no incentivo à criatividade do profissional frente à realidade (BOCK, 1997).

Seguindo as trilhas abertas por teóricos/as da Psicologia Social Latino Americana, o artigo em questão busca propor reflexões acerca das interlocuções entre a formação em Psicologia e os movimentos sociais do campo; para isso, serão utilizadas experiências de atividades de extensão e ensino, desenvolvidas no decorrer dos últimos dois anos por discentes e docentes na tentativa de aproximar a teoria das demandas que emergem dos espaços de luta campesina do MST e MPA.

Para melhor exposição do artigo, as experiências analisadas nos resultados e discussões serão divididas em três eixos temáticos, sendo eles: 1) *Da universidade ao campo: a prática extensionista como ferramenta na reconstrução do saber*; 2) *Do campo à universidade: refazendo percursos e ampliando horizontes*; e 3) *Construções conjuntas em busca de outra Psicologia*.

2. PERCURSO METODOLÓGICO: formando vínculos frente às demandas rurais

A construção do saber contextualizado a respeito do meio rural pode contar com ferramentas alternativas às teorias acadêmicas que, em sua maioria, ainda se encontram alheias às demandas do campo. Neste estudo, as práticas exploradas partiram principalmente de atividades extensionistas, que acabaram por se desdobrar em pesquisas e atividades de ensino. Todas as ações aqui expostas partem da atuação de discentes e docentes membros do Programa de Educação Tutorial Núcleo de Estudos do Semiárido Alagoano, (PET-Nesal), grupo composto pelos cursos de Psicologia e Serviço Social e situado em um campus interiorizado da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Como apontado por Leite et al. (2013), a interiorização das universidades levou a Psicologia às cidades interioranas, aproximando os/as psicólogos/as das questões rurais e da realidade social deste espaço, inserindo tais profissionais nas políticas públicas de saúde e, consequentemente, escancarando a falha presente nos estudos da Psicologia sobre o campo. É nesse contexto que o PET-Nesal, no estabelecimento de linhas de comunicação com o MST e MPA, propõe atividades juntos de lideranças comunitárias, trilhando uma formação que, para além das teorias acadêmicas, possa abarcar as questões vivenciais presentes no espaço rural, principalmente no processo de luta pela terra.

O acesso aos espaços de luta — assentamentos e acampamentos, no caso do MST, e as áreas rurais habitadas pelos membros do MPA — é articulado em parceria com as respectivas lideranças, que, através do companheirismo e confiança, abrem as portas dos movimentos para os/as discentes e acolhem os que somam com intenções amigáveis. Para situarmos melhor nossas ações no processo de relato e por questões éticas, daremos nomes fictícios às duas mulheres que foram de grande importância nas articulações entre a universidade e o campo de atuação, buscando preservar suas identidades. A primeira delas será denominada Nara, é liderança comunitária a nível estadual em um assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) situado no agreste alagoano; a segunda é Maria, agricultora agroecológica e militante do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), moradora da comunidade Serra Bonita, em Palmeira dos Índios. Ambas são peças-chave na criação das pontes que ligam o PET-Nesal aos movimentos sociais do campo.

As experiências aqui relatadas partem de atividades desenvolvidas junto das militantes em diversos espaços, sendo elas:



1. *Vivências em comunidades do semiárido alagoano*: série de atividades que permitem experienciar o cotidiano e o modo de vida das comunidades, conhecendo a produção agrícola, o acesso escolar, à saúde e o funcionamento geral, tendo como base a participação nas ações realizadas no dia a dia das mesmas.
2. *Clínica psicossocial*: atividade de extensão que propõe ações de promoção e cuidado à saúde mental de lideranças do MST, em uma comunidade situada no semiárido alagoano por meio da proposta de clínica ampliada.
3. *Olhares sobre o semiárido alagoano*: propõe aproximações entre os saberes acadêmicos e comunitários/tradicionais, realizando seminários dentro e fora da universidade com o propósito de estabelecer espaços de diálogo entre vivências e teorias.

A partir dos três eixos que surgem a seguir, o escrito busca analisar as interlocuções entre teoria e prática junto das experiências dos/as discentes nos espaços comunitários citados acima. É com base nas cenas vivenciadas nos territórios do MST e do MPA que se guia a pesquisa, propondo reflexões acerca da importância dos vínculos e inserções no campesinato na formação individual dos discentes, ao passo que demarca trilhas para a Psicologia frente às demandas que partem do campo. As cenas aqui analisadas tomam como palco os assentamentos, os espaços comunitários de cada um dos Movimentos, salas de aula e de casas, e outros lugares mais, mostrando que o deslocamento dos saberes hegemônicos acontece não só nas epistemologias, mas também espacialmente.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1. Da Universidade Ao Campo: A Prática Extensionista Como Ferramenta Na Reconstrução Do Saber

Embora alguns autores supracitados relacionem a interiorização como meio de aproximação epistemológica das questões rurais, é importante afirmar que o campus universitário estar situado numa cidade do interior não aproxima automaticamente seus saberes do campo, é necessário traçar estratégias para que haja alianças propriamente ditas das demandas do rural, e o caminho aqui apontado é — literalmente — pela estrada de barro.

Percorrer a trilha que parte da universidade até o campo de pesquisa/intervenção exige cuidados para que as ações possam ser desenvolvidas com respeito e zelo pelos/as participantes; como exposto no Código de Ética Profissional do Psicólogo (2005), é necessário avaliar riscos, proteger pessoas, garantir anonimato, etc. Ao adentrar o espaço dos movimentos sociais de luta pela terra, como no caso do MST e MPA, é preciso estabelecer vínculos de confiança que vão além das questões burocráticas, pois os/as militantes vivem sob ameaça constante, o que demanda cautela; estas e outras questões só podem ser resolvidas no decorrer do processo, através de diálogo, respeito e estabelecendo laços de amizade, que tomam forma com o tempo.

Com base nos princípios éticos da Psicologia e da inserção acadêmica, surgem as Vivências em Comunidades, nas quais os/as discentes e docentes realizam processos de imersão em espaços do semiárido alagoano; uma dessas experiências ocorreu em 2018, quando pudemos nos dividir entre as casas dos/as militantes do MPA — na Serra Bonita — e participar das atividades realizadas pela comunidade no decorrer de três dias. A organização dessa vivência ocorreu graças à Maria, que não só construiu a



proposta conosco como também abriu as portas de sua casa para nos receber. A riqueza dessa vivência se encontrou na troca de experiências que sucederam no decorrer da imersão; conhecer as plantações, o dia a dia das comunidades rurais e ouvir sobre os caminhos que levaram esses sujeitos até aquela posição é imprescindível para o processo de pensar a Psicologia comprometida com as demandas campesinas.

Como exposto por Martins (2010), “[...] urge incluir a questão da diversidade sociocultural nos projetos políticos pedagógicos dos cursos de Psicologia” (p. 94), e, como as produções teóricas ainda se fazem escassas, é crucial adentrar os espaços campesinos e construir novas epistemologias junto dos sujeitos inseridos nestes espaços. Para isso, Maria é importante elo que liga o curso de Psicologia da UFAL, Unidade de Palmeira dos Índios, e o MPA, no agreste de Alagoas; em outro momento, durante a disciplina de Psicologia e Ruralidades — fruto, também, da interlocução com o PET-Nesal — ela recebeu estudantes na sala de sua casa, falou sobre o Movimento, nos apresentou a biblioteca comunitária e, por fim, nos mostrou as plantações agroecológicas.

O contato com o modo de vida vigente no meio rural desloca práticas mecanizadas nas quais estamos usualmente inseridos. Imergir no espaço rural é acessar os hábitos de cuidado coletivo, aprender novas formas de se relacionar com o território, com a alimentação, saúde, e visualizar formas de cuidados que não são individualizantes, mas comunitárias. O cuidado aprendido nos territórios rurais são inseridos em nossas vidas e formação, proporcionando tensionamentos nas regras não-ditas que permeiam a Psicologia em prol de distanciamentos pseudo-experimentais. O contato com estes espaços nos permite estabelecer visões ampliadas do rural, voltando o olhar para sujeitos que nele habitam e sua cotidianidade, impactando diretamente na formação e atuação profissional dos discentes inseridos. Como colocado por Fernandes (2014)

Romper com compreensões dicotomizantes e normativas é constituir um campo de saber que não se apresenta pronto, mas em processo de invenção e criação que, por meio das práticas cotidianas produzidas no local em que se intervéem e pesquisa, configura conhecimentos que correspondam à realidade daqueles que ali vivem. São com estas bases que devemos compor conhecimentos para uma psicologia que sirva às necessidades e produções do mundo rural. (p.101).

Aqui, o processo de construção dessas práticas nasce diretamente do espaço rural, da terra, e longe do espaço físico da universidade; é desse lugar — e junto das pessoas que o compõe — que novas epistemologias são propostas, visando mudança nos estudantes, nos professores e, futuramente, na categoria profissional que será fruto dos atravessamentos desses processos.

No espaço do MST, contamos com o apoio de Nara e na confiança estabelecida entre a comunidade e o PET-Nesal, que resultou na atividade de extensão denominada “Clínica Psicossocial”, objetivando promover espaços de escuta para lideranças do movimento, de modo que os/as discentes, acompanhados do professor orientador, mediam grupos voltados à escuta de demandas relativas ao sofrimento psíquico que surge a partir do processo de luta pela terra. Nesses espaços despontam questões que vão do pessoal ao coletivo, passando pelas vulnerabilidades dos/as militantes e táticas de organização interna, o que aproxima os/as estudantes da realidade dos movimentos sociais, dos processos de subjetivação e do sofrimento que assola os/as militantes, trazendo, em suas raízes, questões políticas regionais e estruturais.

Como direcionado por Parra-Valencia (2016), a atuação da Psicologia junto de populações vítimas da violência política deve ter como horizonte o bem estar daquele sujeito, suporte emocional e atenção com sua saúde mental, mas também deve atuar na luta por direitos, no restabelecimento das



redes comunitárias — que é o que fortalece a luta do campo —, e por justiça (PARR-VALENCIA, 2016).

O sofrimento emergente nos espaços do MST e MPA são de cunho político e social, então a atuação não deve ser pautada unicamente no sujeito, mas na busca pela garantia de seus direitos básicos, como terra, moradia, acesso à água, entre outros que são sumariamente negados pelo Estado.

O lugar ocupado pelas lideranças comunitárias colocam-nas na linha de frente destes ataques; como relatado em diversos momentos por Nara, a ameaça de violência é constante, e a própria já foi alvo de ameaças e chegou a ter companheiros assassinados por ocuparem o lugar de liderança que ela ocupa atualmente. Faz parte do dever ético-político da Psicologia estar nestes espaços e voltar sua atenção para estas vivências, potencializando estes sujeitos e traçando formas de atuar que abarquem essas especificidades; para isso, é imprescindível romper com a hegemonia urbanocêntrica que não leva em consideração a violência presente nos espaços campestres de luta ao propor a atuação dos/as profissionais da área alheias a estas situações.

É preciso imergir nesses lugares e ouvir esses sujeitos para que a categoria profissional possa responder aos questionamentos levantados por Leite et al. (2013) a respeito das estratégias que a universidade pode traçar em busca de atender as demandas do campo. Para os autores,

[...] os trabalhadores e trabalhadoras do campo são portadores de uma diversidade cultural, econômica e regional nesses modos de relação com a terra e o meio rural, fato que reverbera também em diferentes modos de subjetivação, constituídas em meio às particularidades históricas e culturais das quais são portadores. (LEITE et al., 2013, p.47)

O alcance aos espaços rurais e comunitários demanda olhar crítico, fazer que toma como ponto de partida o respeito em relação ao outro e, especialmente, o respeito no que toca o território em que se pisa. O processo de deslocamento, que leva os/as discentes e docentes da universidade ao campo, perpassa o físico/geográfico e assume papel vivido, que questiona o lugar da academia enquanto único espaço possível na produção de saberes, pois não há lugar mais fértil para tais sementes germinarem do que no seu próprio solo.

3.2. Do Campo À Universidade: Refazendo Percursos E Ampliando Horizontes

Percorrendo o mesmo caminho — porém tomando o sentido contrário — surge a proposta de socializar as discussões com as quais nos deparamos no campo para o espaço acadêmico, e, nesse processo, os/as protagonistas são os/as militantes. Para muitos dos/as assentados, como relatado durante conversas, estar no espaço universitário surge enquanto experiência nova e instigante, e esse exercício promove tensionamentos para todos os sujeitos envolvidos na experimentação.

É por compreender a relevância das práticas comunitárias do MST e do MPA que o PET-Nesal propõe o “Olhares sobre o semiárido”, espaço de discussão em que lideranças comunitárias e pesquisadores/as acadêmicos/as traçam paralelos entre a teoria e a prática, tomando como base as vivências da realidade campestre. Tanto Nara quanto Maria já participaram da atividade, discutindo agroecologia e questões sobre militância política e gênero nos movimentos. A expansão dessa discussão ao espaço da universidade acaba por envolver números maiores de interessados, fazendo reverberar possibilidades de estudos e pesquisas, o que, por vezes, aproxima os/as discentes das temáticas trazidas pelas lideranças. Segundo o Conselho Federal de Psicologia (2019) é de suma importância o estabelecimento de tais diálogos entre a academia e as organizações representativas do campo, pois



Para que o profissional da Psicologia possa contribuir de maneira mais profunda com os povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais e camponesas, é necessário que exista um processo de formação que o qualifique para esse desafio, não só em termos de conteúdos, mas também em termos de um comprometimento com o destino e com o protagonismo político dessas populações.” (CRP, p.84)

Mesmo que a maioria dos/as estudantes seja proveniente de cidades interioranas e diretamente ligadas ao meio rural, é através dos espaços de discussão promovidos na universidade em diálogo com os movimentos sociais do campo que ocorre o contato com as questões relativas à luta pela terra, militância política e seus desdobramentos. Proporcionar esses encontros é o primeiro passo rumo a esta Psicologia, socialmente referenciada e comprometida com a realidade na qual está inserida.

As atividades relativas à Clínica Psicossocial foram responsáveis por encontros e reencontros, tanto no assentamento do MST, quanto no espaço da universidade. São nesses encontros que os/as militantes passam a encarar o espaço acadêmico sob outro olhar, consolidando o processo de mão dupla; como aponta Lane (1984), o processo de conhecer o outro sempre acaba gerando impacto em nossa existência, “[...] cada momento empírico é repensado no confronto com outros momentos e, a partir da reflexão crítica, novos caminhos de investigação são traçados” (p.18).

O período de pandemia dificultou os encontros presenciais e algumas atividades precisaram ser interrompidas por ora, entretanto as interlocuções seguem nos meios digitais. No encontro mais recente que tivemos com Nara — através de sua participação em aula, por vias digitais — ela relatou que a aliança construída entre o MST e a universidade a fez conhecer novos/as parceiros/as de luta e visualizar vários caminhos para potencialização de ações e relações igualitárias; nesse ponto, percebe-se como o impacto da relação estabelecida ocorre mutuamente.

Através das atividades propostas reafirmamos o princípio básico da academia enquanto espaço democrático, na qual eles/as podem adentrar na posição de professores/as, estudantes e militantes. Esta interlocução é fruto direto das ações citadas anteriormente, que vão em direção aos espaços comunitários dos movimentos sociais e voltam como forma de expandir o alcance de tais discussões, buscando cumprir com o papel que cabe às universidades interiorizadas no estreitamento das relações entre suas epistemologias e o espaço onde se está inserido. Promover estes espaços é engajar a comunidade acadêmica de modo político e social, explorando novas possibilidades de estar, produzir e atuar na Psicologia; é descentralizar o saber acadêmico ao demonstrar seus limites junto das questões campesinas, não busca a deslegitimação dos conhecimentos locais, mas incita a produção acerca das populações circunvizinhas que, historicamente, são renegadas.

3.3. Construções Conjuntas Em Busca De Outra Psicologia

Ir aos assentamentos/acampamentos ou receber os/as militantes na universidade demanda elaboração prévia das atividades, e o aspecto fundamental da organização desses momentos é a possibilidade de construí-los de forma coletiva. Muitas das atividades partem, primeiramente, das demandas comunitárias que chegam até nós por meio de Nara e Maria, que, na companhia de outros/as militantes, acompanham o grupo no decorrer de todo o processo de pensar e colocar em prática as ações. Estabelecer via de mão dupla é crucial na relação da universidade com as comunidades, sejam elas campesinas ou tradicionais, pois firma o caráter comunitário das ações; nada parte unicamente do espaço acadêmico, é determinado no diálogo que toca os saberes, a disponibilidade e a organização interna dos grupos.



O diálogo existente no decorrer das atividades aproxima discentes/docentes dos/as militantes de ambos os movimentos, estabelece relações de companheirismo que estreitam os laços entre os envolvidos para além do espaço de pesquisa/trabalho. Como relatado por Nara, com o passar do tempo os/as discentes/docentes tornam-se amigos, compondo redes de apoio que auxiliam, inclusive, em questões extra-curriculares. É propondo a amizade como processo de experimentação política que Gomes e Santos Júnior (2007) apontam que

A qualidade discursiva da amizade implica uma relação de abertura ao outro em que a troca de opiniões no diálogo possibilita a experimentação do deslocamento de perspectivas e uma relativização das ideias e pensamento diante dos incalculáveis posicionamentos sobre o que é próprio desse mundo. (p. 154).

Mediante as idas e vindas entre universidade e assentamento/acampamento, vínculos de amizade se constroem, o que potencializa diretamente as atividades em curso e abre espaço para elaborações. A amizade passa a ser consequência da atuação de ambas as partes ao estabelecerem diálogos em que se é possível falar e escutar o outro, deixando marcas tanto nos/as militantes quanto nos/as discentes/docentes imersos nas atividades territoriais. A amizade aqui ganha lugar político da partilha do comum entre diferenças, que trilham um caminho para além da compreensão burguesa do amigo íntimo. A amizade neste encontro se faz pública e para as experimentações de outros projetos de sociedade.

Fundamentado nas interlocuções que passeiam entre o lugar da universidade e os assentamentos/acampamentos, novos espaços acabam por ser ocupados, como aconteceu no último encontro presencial com ambos os movimentos aqui citados. O PET-Nesal convidou Nara e Maria para uma edição especial do Olhares Sobre o Semiárido — desta vez na 9ª Bienal Internacional do Livro de Alagoas — e ambas se propuseram a pensar o momento conosco; por fim, construímos a proposta, em que houve o compartilhamento de experiências das lideranças em seus movimentos e de nossas experiências coletivas.

As pontes firmadas são as principais responsáveis pela proposta de recondução do saber Psicológico que permeia este escrito; como propõe Fernandes (2014), são fundamentais “[...] encontros que desterritorializem nossas compreensões, na tentativa inventiva de constituir conhecimentos que falem do campo e para as suas produções e que recriem as suas realidades em face das necessidades emergentes.” (p. 102).

Os espaços alcançados nos processos de imersão e nas interlocuções estabelecidas em instâncias junto ao MST e MPA ampliam as percepções sobre o meio rural e a luta pela terra, o que acaba por suscitar questionamentos que não viriam à tona de outro modo senão através deste contato e testemunhos. As ações aqui dispostas seguem proposições de autores como Macedo e Dimenstein (2011) que, ao citarem o papel do/a Psicólogo/a, propõe que a categoria deve

[...] pensar com maior preocupação sobre certas estratégias da psicologia de aproximação dos movimentos sociais e suas bandeiras de luta, não só como forma de ampliar o campo de problematização e intervenção da profissão mas também de garantir certa suficiência a essa categoria nos momentos de crise (p.303)

Em meio às atividades acadêmicas e a construção de relações de companheirismo, a Psicologia chega ao meio rural e se aproxima dos sujeitos que ali residem, de suas especificidades e demandas. Colocar o pé na terra é fazer com que a formação assuma lugar de criticidade frente às emergências do território, e não apenas de reprodução das técnicas e teorias que chegam



prontas — vindas diretamente de realidades alheias, ocidentalizadas e hegemônicas. É nesse ponto que se propõem desvios das estradas já postas para que se possam ser abertas novas trilhas, buscando por uma Psicologia que não esteja omissa às questões que tocam o meio rural.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Imergir nos espaços comunitários e de luta política do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) atravessa os/as discentes/docentes em âmbitos pessoais, e o que, inicialmente, viria a ser uma atividade a mais no percurso acaba por mudar toda a rota da formação de quem se implica nessas ações. Nesse aspecto, as atividades de extensão reverberam voltando à universidade, ampliando discussões e alcançando novos espaços, intersecções que acabam por abrir possibilidades de preenchimento das lacunas presentes na Psicologia referente ao rural.

Ir de encontro a saberes e metodologias postas não é uma tarefa simples, mas, ao adentrar espaços marginalizados, a necessidade de questionar o que está dado é urgente. Ao perceber as limitações que a Psicologia centrada nos sujeitos urbanos demonstra junto das demandas camponesas, o papel do/a psicólogo/a e do/a pesquisador/a é buscar meios de contextualizar sua atuação e se aproximar epistemologicamente desses espaços e desses sujeitos, elaborando alternativas que levem em consideração suas vivências e especificidades. Como apontado por Bock (1997), a formação em Psicologia deve gerar um profissional

[...] inquieto, conspirador, que saiba estranhar aquilo que na realidade se torna tão familiar que chega a ser pensado como natural. Um psicólogo em permanente metamorfose. Um psicólogo permeável às inovações que aceite o desafio de, coletivamente, produzir alternativas à Psicologia tradicional. (p.41).

É pelo compromisso em formar profissionais e pesquisadores/as implicados/as ético e politicamente com as questões camponesas que o presente artigo esboça perspectivas de outro fazer na Psicologia, recorrendo à extensão, ao ensino, ao diálogo com os movimentos sociais do campo e aos sujeitos que ocupam esses espaços para sua estruturação. As atividades supracitadas não se encontram concluídas, pelo contrário, formulam-se enquanto construções contínuas e em constante reformulação, tendo como objetivo principal a aproximação dos movimentos sociais camponeses aos saberes psicológicos e as formações acadêmicas socialmente referenciadas.

REFERÊNCIAS

- BOCK, Ana Mercês Bahia. Formação do psicólogo: um debate a partir do significado do fenômeno psicológico. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, v. 17, n. 2, p. 37-42, 1997.
- Código de Ética Profissional do Psicólogo. Conselho Federal de Psicologia, Brasília, agosto de 2005.
- Conselho Federal de Psicologia. Referências técnicas para atuação de psicólogas (os) em questões relativas à terra. Brasília, DF : CFP, 2019. 92 p.
- DOMINGUES, Eliane. Vinte anos do MST: a psicologia nesta história. *Psicol. estud.*, Maringá, v. 12, n. 3, p. 573-582, Dec. 2007.
- FERNANDES, Saulo Luders. Revisitando os saberes psicológicos: reflexões por uma psicologia do campo. *Cadernos de Subjetividade*. 85-102. n. 16. 2014.



Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). (2020). Atlas da violência no campo no Brasil: condicionantes socioeconômicos e territoriais. Brasília: IPEA. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=36100&Itemid=432 Acesso em: 8 de maio 2021

Lane, S. T. M. (1984). A Psicologia Social e uma nova concepção de homem para a Psicologia. In S. T. M. Lane & W. Codo (Eds.), Psicologia Social: O homem em movimento. 1984. São Paulo, SP: Brasiliense. p.10-19.

LEITE, Jáder Ferreira; DIMENSTEIN, Magda. Movimentos sociais e produção de subjetividade: o MST em perspectiva. Psicol. Soc., Florianópolis, v. 22, n. 2, p. 269-278, Aug. 2010.

LEITE, Jáder Ferreira; MACEDO, João Paulo Sales; DIMENSTEIN, Magda; DANTAS, Cândida. A formação em Psicologia para a atuação em contextos rurais. In: PSICOLOGIA E CONTEXTOS RURAIS. LEITE, Jáder Ferreira; DIMENSTEIN, Magda (org.). Natal, EDUFRN. p. 27-56. 2013.

MACEDO, João Paulo; DIMENSTEIN, Magda. Expansão e interiorização da Psicologia: reorganização dos saberes e poderes na atualidade. Psicol. cienc. prof., Brasília, v. 31, n. 2, p. 296-313, 2011.

MARTINS, Alberto Mesaque. A formação em Psicologia e a percepção do meio rural: um debate necessário. Psicol. Ensino & Form., Brasília, v. 1, n. 1, p. 83-98, abr. 2010.

MPA (Site oficial). Quem somos. Disponível em: <https://mpabrasil.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 8 de maio 2021

MST (Site oficial). Quem somos: apresentação. Disponível em: <https://mst.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 8 de maio 2021
Martín-Baró, Ignacio. La violencia en Centroamérica: una visión psicosocial. Revista de Psicología de El Salvador. Vol. IX, nº 35. p. 123-156. 1990.

SANTOS, Ricardo Menezes. A formação do Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA: por soberania alimentar, contra a mercadorização do campo no Brasil. Revista NERA. Presidente Prudente. Ano 19, nº. 31. pp. 10-31 Mai-Ago./2016.

VALENCIA, L. P. Acompañamiento en Clínica Psicosocial: una experiencia de investigación en tempos de construcción de paz (Colombia). Ediciones Cátedra Libre, Bogotá – Colombia, 2016.



estratégias de resistência:

relato de experiência do grupo de intervisão em psicologia crítica no serviço público

Clara Santos Henriques de Araújo¹⁸

Luís Cláudio Nogueira Madeira¹⁹

Resumo: Este artigo tem como objetivo apresentar um relato de experiência do primeiro ano do grupo Intervisão para Psicologia Crítica no Serviço Público. Este ensaio começa por descrever as inquietudes e dificuldades que levaram os profissionais a iniciar este grupo - entre elas, a rotatividade dos profissionais nas políticas públicas, a falta de espaço para se discutir a prática profissional e a escassez de educação continuada por parte das instituições em que atuavam. O grupo reuniu psicólogos/as de diferentes Estados e regiões brasileiras, atuantes no Serviço Único de Saúde (SUS) e no Serviço Único de Assistência Social (SUAS), com percursos profissionais e bases epistemológicas distintas. No entanto, o ponto que reúne os profissionais é o posicionamento ético-político da psicologia crítica descolonial - construída a partir do contexto de cada população atendida e visando a transformação de condições opressivas, como afirma Martín-Baró. Quanto à forma, o grupo se construiu como uma intervenção por se dar de maneira horizontal, entre pares; a palavra circulava por todos os participantes. Ademais, as reuniões aconteceram de maneira quinzenal, priorizando a discussão de casos. Cada caso era estudado ao menos por dois encontros, em que no primeiro era exposto um caso e tirados temas para aprofundamento, e no segundo eram aprofundadas as discussões teóricas a partir do que havia sido selecionado no encontro anterior. Entre um encontro e outro, os integrantes trocavam materiais sobre os assuntos escolhidos, no formato de textos acadêmicos, vídeos e poesia, entre outros. Alguns temas debatidos foram: branquitude, maternidade, racismo estrutural e exclusão social. Concluiu-se que além de ser um espaço para a discussão de casos, a Intervisão teceu uma rede de apoio entre os profissionais, em que angústias relacionadas à prática profissional podiam ser enunciadas e acolhidas, intervindo mesmo sobre a solidão sentida pelos profissionais ao entrar no grupo. Entretanto, observa-se que algumas das dificuldades e desafios que se apresentaram para o grupo são próprias da atuação do Psicólogo no serviço público e servem também para analisar este campo de trabalho, como a fadiga provocada pela sobrecarga de trabalho e a fragilização dos vínculos no serviço público. Por fim, a Intervisão se coloca para além de um instrumento didático, com a escuta às demandas dos pares e construção do fazer-ético comum, como uma estratégia de cuidado e resistência para psicólogas e psicólogos atuantes em diferentes áreas das políticas públicas brasileiras.

Palavras-chave: Políticas públicas. Psicologia. Intervisão.

18 Psicóloga, MSc em Pedagogia pela Radboud University. É psicóloga efetiva da Prefeitura Municipal de Niterói - RJ e trabalhadora do SUAS. E-mail: clarasharaujo@gmail.com

19 Psicólogo, Especialista em Psicologia Social (CRP 11) e Mestre em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC). É psicólogo efetivo da Prefeitura Municipal de Beberibe - CE e trabalhador do SUS. E-mail: luiscnmadeira@gmail.com.



1. ENTRE SOLIDÕES, ENCONTROS E DESENCONTROS

“Não estou só”, soava a intuição de um/a psicólogo/a brasileiro/a e latino americano/a imerso/a no cotidiano desafiador do serviço público de seu país. À sua frente, diariamente, pessoas identificadas por todas as minorias sociais, excluídas e oprimidas, são escutadas com toda a atenção: dever de ofício, compromisso ético. Um/a psicólogo/a no serviço público não está nas mesmas condições de pobreza e exclusão que os usuários das políticas - de saúde, educação e assistência social - mas tampouco está apartado dessas condições. O “hálito” da exclusão lhe toca a nuca e frequentemente ele/ela se pergunta se os acessos à educação e renda que teve foram suficientes para lhe incluir entre os que possuem direitos. A demanda ecoa sem resposta definida.

Frequentemente, equipes multiprofissionais possuem apenas um único profissional de psicologia, o que limita a possibilidade de estudos de caso e trocas profissionais. Os salários e remunerações permitem uma margem estreita na busca pela educação continuada, psicoterapia (quem cuida do cuidador?) e supervisão - quando não a inviabilizam. Nas principais políticas públicas, o discurso psicológico ainda pode ser uma novidade, e ser fundamentalmente incompreendido ou desvalorizado. Sindicatos e associações de psicologia, na maior parte do país, não estão bem organizados e podem estar ausentes. A compreensão da importância do fazer/saber psicológico nas políticas públicas ainda tem muito o que ser conquistado, pois, o professor é o principal profissional da educação; na saúde, os médicos e enfermeiras; na assistência social, os profissionais do serviço social. Os profissionais de psicologia levam para seus ambientes de trabalho as informações básicas de funcionamento ético e técnico de sua própria profissão, podendo ficar, no entanto, isolados. Deriva dessa conjuntura a ideia inicial de solidão do profissional de psicologia.

Diante dessa problemática, dois profissionais de psicologia, autores desta comunicação, doravante nomeados como Clara Araújo e Luís Madeira, iniciaram em 2020, uma inovadora e autônoma estratégia coletiva que visa acolher a colegas de profissão, bem como oportunizar estudos de caso e reflexões teóricas como forma de potencializar a psicologia social em seu exercício estatal. Criaram, assim, o Grupo de Intervisão para Psicologia Crítica no Serviço Público.

O presente trabalho acadêmico, de caráter ensaístico, formata-se como um relato de experiência da citada estratégia, que vislumbra o fortalecimento da psicologia e dos profissionais que a exercem diretamente na “ponta”, no “*front*” da psicologia aplicada. São profissionais que trabalham em diferentes níveis nas políticas de Assistência Social e de Saúde, e que desenvolvem atividades intersectoriais em articulação com o Sistema de Justiça, Educação, Cultura, etc. Entende-se essa experiência como uma prática simples e potente, capaz de ser socializada e de inspirar o surgimento de novos coletivos de resistência. Por essa razão, almeja-se que essa comunicação possibilite o desenvolvimento e reflexão das práticas criadas - podendo até fomentar outros processos de autonomia e organização.

O texto se inicia elucidando as condições em que esses profissionais compreendem os desafios no serviço público. Em seguida, são descritos o formato do grupo e as atividades e processos pelos quais o grupo se desenvolveu ao longo de sua breve e significativa trajetória. Posteriormente, serão caracterizados os temas e reflexões abordados a partir dos estudos de casos. Por fim, os resultados e desafios deste um ano de Intervisão serão discutidos. Embora traga algumas reflexões teóricas, o texto foi mantido, sempre que possível, no formato de ensaio.



2. O COLÓQUIO E OS DESAFIOS COMUNS

Em março de 2020 pouco se sabia sobre a doença causada pelo novo coronavírus. Poucos meses depois, com parte significativa da população em distanciamento social, as redes sociais se tornaram refúgio, porém, ao mesmo tempo, ameaçavam aprisionar subjetividades. Nesse cenário de incertezas, surge o I Colóquio Latino-Americano sobre Insurgências Decoloniais, Psicologia e os Povos Tradicionais, organizado pela Faculdade Luciano Feijão. O evento foi inteiramente realizado online e conseguiu reunir pesquisadores, psicólogos e atores sociais dos mais diferentes países e povos da América Latina. Um de seus participantes, o psicólogo Luís Madeira, procurava há muitos anos um local em que fosse possível uma reunião entre psicólogos para apoio mútuo profissional, sem com isso perder as posições políticas e afetivas que nos permeiam. Havia uma especificidade importante no perfil do projeto: a proposta era voltada para psicólogos que estivessem atuando no serviço público.

O campo de atuação do psicólogo se expandiu desde 1962, ano da regulamentação da Psicologia como profissão no Brasil, até os tempos atuais, trazendo novos questionamentos e desafios para a prática profissional, em especial no âmbito das políticas públicas (DIMENSTEIN, 1998). Se, como afirma Yamamoto (2007), política é conflito, as políticas públicas estão construídas necessariamente na tensão irreconciliável de uma luta de classes. Como se posiciona a psicologia, ciência e profissão que nasce burguesa e liberal, frente a esse conflito?

Quais inquietações e dificuldades têm os psicólogos que atuam em políticas públicas? Uma das inquietações sentidas na época por Luís é o fato de inúmeros coletivos organizados pelo país se constituírem a partir das universidades e cursos de graduação ou pós-graduação, sendo, quase sempre, voltados à formação, pesquisa e reflexões teóricas. Sentia-se a falta de estudos de caso para o profissional no serviço público, isto é, instrumentos teórico-metodológicos fundamentados no exercício da psicologia aplicada. Assim, a proposta inicial de diálogo foi lançada nas redes sociais do Colóquio, após a semana de debates e eventos, e a psicóloga Clara de Araújo aceitou a provocação. Começaram a refletir juntos sobre os desafios comuns.

Os dois psicólogos sentiam a realidade de uma maneira assaz semelhante, isto é, enfrentavam a dificuldade em conseguir psicoterapia, bem como supervisão, e notavam a escassez ou ausência de educação continuada por parte das instituições em que trabalhavam. Percebiam ainda a dificuldade em estar organizados coletivamente em associações ou movimentos que oferecessem suporte técnico e político.

Um ponto central nesse debate, é o fenômeno da rotatividade de profissionais ocasionada pela fragilização dos vínculos trabalhistas (PEREIRA, ALMEIDA, 2017; TONELLI et al., 2018). Profissionais terceirizados ou contratados através de contratos temporários acabam por permitir a substituição de mão de obra a qualquer tempo, desfazendo vínculos e descontinuando serviços. Parece que, mesmo o servidor público concursado, pode, em diferentes situações, sofrer transferências de setor ou de localidade pela simples manifestação do gestor público, nem sempre atento às demandas reais da comunidade de usuários. Essa especial condição é experimentada como sofrimento psíquico no contexto do trabalho e pode prejudicar o desenvolvimento do trabalhador que a experiencia, impactar na sua formação e no desenvolvimento dos serviços à comunidade. Parece não serem poucos os profissionais que se perguntam se uma psicologia social de qualidade pode ser desenvolvida através dos serviços públicos.

Martín-Baró (1996) afirma que o trabalho do psicólogo deve ser definido a partir do contexto concreto da população atendida, contribuindo para a transformação de condições opressivas. Esta posição escapa radicalmente do tradicional objeto individual, intra-



subjetivo da Psicologia, para tecer-se em coletividades, sendo marcada por classe social, gênero, raça, entre outros. No serviço público, em que o trabalho com populações vulnerabilizadas e marginalizadas se faz premente, as palavras de Martin-Baró soam como uma orientação cotidiana.

Assim, em concordância com os problemas comuns elencados e mais atentos em qualificar a atividade, do que com a quantidade de profissionais envolvidos, foi elaborado um planejamento inicial e uma estratégia de mobilização, que serão descritas abaixo.

3. ENCONTROS E ESTUDOS DE CASO

Chamado inicialmente de “Supervisão Colaborativa em Psicologia Crítica e Decolonial”, foi realizada uma comunicação simples em Setembro de 2020 para as redes sociais particulares e grupos de psicologia dos quais Luís Madeira e Clara Araújo faziam parte, sendo chamados amigos e colegas para a proposta.

Junto com a comunicação, foi enviado um formulário (Google Forms), em que solicitava-se a identificação da política pública em que o profissional estava atuando, para certificar o caráter de associação à prática profissional das atividades. Como resultado da divulgação recebemos nove inscrições, sendo seis do gênero feminino e três do gênero masculino, e nenhum não-binário. Se inscreveram profissionais atuantes nas seguintes unidades: Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, Centro de Referência de Assistência Social - CREAS, Núcleo de Apoio à Saúde da Família - NASF, Centro de Atenção Psicossocial - CAPS, e Serviço de Medidas Socioeducativa em Meio Aberto. Durante o semestre foram 04 profissionais, que de fato, se mantiveram em atividade, sendo 02 do gênero masculino e 02 do gênero feminino. Quanto aos Estados em que estavam atuando, contávamos com um representante do Ceará e de São Paulo, e dois do Rio de Janeiro.

Em março de 2021, já com o nome Intervisão para Psicologia Crítica no Serviço Público, foi lançado novo convite com as mesmas estratégias, visando a continuidade do trabalho que vinha sendo realizado. Segue texto da comunicação, abaixo:

Inscrições. Por favor leia com atenção. É com alegria que abrimos 07 vagas para novos membros. Nossos objetivos nos orientam para realizar estudos de caso ao mesmo tempo em que construímos acolhimento e solidariedade entre profissionais de psicologia que estão atuando no serviço público nesse difícil momento. As atividades dispensam contribuição financeira, porém se faz fundamental que os participantes estejam ativos nas atividades, comparecendo aos encontros virtuais por vídeo (via Google Meet), e com disponibilidade para leituras e trocas de experiências. Nossos encontros serão quinzenais às quartas-feiras de 20h às 21:40h - de março a junho - e sugerimos que às quartas em que não haverá encontro sejam reservadas para tempo de leitura individual. Importante. Essa inscrição será confirmada com a presença em nosso primeiro encontro que será dia 24/02, às 20h. Sugestão de leitura: “O papel do psicólogo”, de Martin Baró (texto disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/epsic/v2n1/a02v2n1>). Seja bem-vinda ou bem-vindo.

Nessa ocasião, se inscreveram 10 profissionais, sendo 04 do gênero masculino e 06 do gênero feminino. Os inscritos declararam atuar no Sistema Único de Saúde (SUS) e no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), nos seguintes equipamentos: Centro de Referência Especializado em Assistência Social,



Centro Pop, Unidades de Acolhimento, hospital/maternidade. Os participantes eram dos Estados de Ceará, Minas Gerais, Rondônia, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Manaus. Estes psicólogos tinham vínculos empregatícios diversos na atuação no serviço público, alguns concursados, outros contratados, outros ainda atuavam para Organizações Não-Governamentais que prestavam serviço para instituições públicas.

No formulário foi inserida uma pergunta que merece uma menção nesse trabalho acadêmico, em que os profissionais eram convidados a resumir por que é relevante participar de um grupo de intervenção. Abaixo é destacada uma das respostas:

Penso que um espaço para debater as nossas práticas à luz da Psicologia Social Crítica possibilita a construção de novas possibilidades de atuação e reforça o nosso compromisso ético-político. Além disso, conhecer as realidades de profissionais que estão em outros contextos permite o reconhecimento de nossas dificuldades e o fortalecimento pessoal e profissional. O período de pandemia nos trouxe ainda mais desafios e cotidianamente somos convocados a apresentar novas respostas a problemas sociais novos e diferentes. Isso, em alguns casos, como no meu, pode gerar uma sensação de incapacidade e de impossibilidade de uma atuação responsável e ética. A discussão com nossos pares permite vislumbrar outros horizontes possíveis (Márcio, nome fictício).

O participante na citação acima remete novamente à “sensação de incapacidade e de impossibilidade”, retomando a percepção enunciada anteriormente sobre o sofrimento psíquico do trabalhador da psicologia diante dos desafios da prática no serviço público, percebida também em outros estudos (Ferrari, 2009; Lima e Mello, 2012). Abaixo, a importância sentida pelo profissional de preparo técnico e emocional identificam as demandas que dão fundamento aos nossos objetivos.

O que estamos vivenciando é muito novo e intenso. Já acho importante acompanhamento em situação normal pra (sic) melhorar o resultado e qualificar o profissional através de troca de experiência e atualizações pela supervisão, então no quadro atual, cuja demanda além de nova exige muito tanto tecnicamente quanto emocionalmente do profissional, acho de extrema importância o trabalho/ participação em um grupo de supervisão. (Fernanda, nome fictício).

Nesse segundo grupo, ao longo do semestre, observou-se que se consolidaram no grupo cinco participantes, sendo quatro do gênero masculino, nenhum não-binário e apenas um do gênero feminino. Quanto aos Estados em que atuavam, o grupo contava com um representante do Ceará, um de Santa Catarina, e três do Rio de Janeiro. É importante observar que o profissional do Ceará e dois profissionais do Rio de Janeiro são remanescentes do ano anterior. Dessa vez se inscreveram profissionais que atuavam nos locais indicados a seguir, seguidos pelo número indicativo da quantidade de profissionais que se inscreveram e atuam nessa mesma política. Os locais de lotação dos psicólogos foram na Atenção básica de saúde (02), centro de ginecologia (01), CAPS (01), CREAS (02), hospital (01), Unidade de Acolhimento (01) e organização da sociedade civil, não especificado (01) e centro de reabilitação, não especificado (01). O grupo manteve-se, portanto, diverso e intersetorial.

Quanto à organização do grupo, embora tenha se juntado ao redor de uma proposta de supervisão, a estrutura que foi tecida nos encontros tomou forma de uma intervenção. Enquanto a supervisão pretende um supervisor em um local hierarquicamente superior, com mais conhecimento e prática me-



diando as discussões junto aos outros membros (COIMBRA, 1989; SARAIVA et al., 2020), a intervenção se dá de maneira horizontal, entre pares (MORENO; ORVALHO, 2018; SARAIVA et al., 2020.)

Embora haja sempre a dimensão subjectiva nesta percepção da paridade, (...) há factores objectivos que cunham os elementos do grupo com um mesmo denominador comum: o tipo de experiência, o grau de senioridade no campo de trabalho em questão ou a idade. Cada elemento encontra-se entre colegas, que possuem um contexto profissional similar e um mesmo nível de dificuldades, de desafios e de interesses. (SARAIVA et al., 2020, p.384)

Saraiva et al. (2020) apontam que uma diferença importante da intervenção é ela não ter, deliberadamente, uma estrutura rígida, o que permite maior partilha entre os membros e potencialização do desenvolvimento grupal, característica que também compõe os encontros deste grupo, que tomam formas fluidas, em que a palavra circula por todos os membros, embora haja a figura de um facilitador, encarregado de iniciar a discussão e cuidar do horário.

O grupo, portanto, se auto-organiza em formato de intervenção, oportunizando a fala a todos seus participantes e sendo capaz de promover diálogo entre diferentes identidades, múltiplas abordagens da psicologia e profissionais de diferentes setores das políticas públicas e regiões do país. Talvez o ponto mais importante é que, para além da discussão de casos, criou-se uma forma de resistência coletiva de solidariedade e convivência entre sujeitos autônomos engajados no labor psicológico de políticas públicas.

O percurso acadêmico dos/as profissionais era diverso, assim como seus referenciais teóricos. Entretanto, embora os autores de referência utilizados individualmente pelos profissionais não fossem necessariamente os mesmos, o grupo compartilhava um posicionamento ético e epistemológico de psicologia crítica. Os autores e reflexões eram propositadamente escolhidos no campo da valorização do saber da psicologia, psicanálise e psiquiatria perpassado pelos paradigmas críticos e descoloniais. Essa era a “ponte” epistemológica que permitiu um diálogo fluido e construtivo entre as partes.

4. FUNCIONAMENTO DA INTERVISÃO

Quanto ao trajeto metodológico, ambos os semestres foram iniciados com a solicitação a cada participante que trouxesse, resumido, um caso que estivesse acompanhando ou que já tivesse sido acompanhado. Em seguida os casos eram escutados um a um e ao final da exposição breve de todos, era sorteada a ordem em que cada caso seria estudado. Nos encontros seguintes os casos foram sendo discutidos. Para cada caso, foram feitos ao menos dois encontros, sendo um encontro para a exposição detalhada do caso e consequente identificação dos temas a serem debatidos, e um segundo encontro para o debate e estudo de caso propriamente dito.

Entre os encontros eram trocadas sugestões para leitura e reflexão individual. Frequentemente, Luís Madeira tomava iniciativa no sentido de facilitar o grupo e fazer uma curadoria dos textos e vídeos a serem apreciados. Essa facilitação e curadoria tinha a intenção (des)organizadora de mobilizar cada participante para a reflexão e apropriação do espaço simbólico do grupo. Dessa forma, cada integrante emitia seu ponto de vista, sugeria uma leitura, lia uma poesia, comentava um filme ou relatava uma experiência - a fala circulava entre os participantes.

Cada encontro era iniciado por uma acolhida, quase sempre com música, seguida de uma



curta roda de conversa sobre a vida, a saúde de cada um, o bem-estar ou mal-estar psíquico sentido subjetivamente. Espaço de acolhimento e troca de afetos, os vínculos pessoais e de solidariedade foram se entrelaçando aos compromissos profissionais, a despeito das diferenças de formação, de identidade e território do país em que vivem. Em seguida, eram realizados os estudos técnicos e concluía-se com uma avaliação do encontro e enumeração dos compromissos futuros assumidos para a continuidade da atividade, incluindo os temas a serem debatidos, conforme detalhado abaixo.

5. TEMAS E REFLEXÕES

Foram diversos os temas abordados e estudos de caso realizados no primeiro ano de atividade. Entretanto, embora possa ser tentador ampliar esse tópico, não se discutirá os casos em detalhes, e tampouco será feita aqui a discussão de seus temas e referenciais teóricos. Tal escolha se deu a partir do entendimento de que tal análise extrapola o escopo deste artigo. Nesse tópico será feita, portanto, uma curta descrição dos casos estudados, assim como a enunciação dos temas escolhidos pelo grupo para debate e aprofundamento dos casos. Ademais, será feito um recorte das discussões de 2021, momento em que as atividades do grupo foram melhor sistematizadas pela escrita.

Em 2021 foram realizados seis encontros. O primeiro encontro foi de acolhida dos novos participantes e planejamento do semestre, e no segundo encontro foi realizada a apresentação sintética dos casos e o sorteio da ordem de exposição dos mesmos. Do terceiro ao sexto encontro realizamos estudos de caso propriamente dito. Ainda está previsto um terceiro estudo de caso para esse semestre, em mais 02 encontros durante o mês de julho. O caso não será mencionado porque o texto foi concluído antes do início de seu estudo.

Nos terceiro e quarto encontros realizados esse ano, foi estudado o caso proposto por Francisco (nome fictício), que tinha como temática a história de uma pessoa em situação de rua chamada de Carlos (nome fictício), branca, que alegava ter nível superior educacional, que apresentava alcoolismo e tabagismo, dentre outras condições de vulnerabilidades frequentes a essa população em extrema pobreza. O caso trazia um desafio técnico importante, pois, segundo a exposição de Francisco, estava-se discutindo a possibilidade de manter a autonomia de Carlos, ou se uma institucionalização seria mais recomendável.

O caso de Carlos suscitou no grupo uma série de questões teórico-práticas. Discutimos sobre masculinidade e a relação com a mãe, “branquitude” em situação de pobreza, pessoas em situação de rua, exclusão/inclusão social e por fim, acolhimento institucional e suas implicações. Encerradas as discussões sobre o caso de Francisco, o grupo passou ao caso de Maria.

Nos quinto e sexto encontros, Maria (nome fictício) apresentou o caso de Ana (nome fictício), uma mulher negra, adulta jovem, que havia sido abrigada enquanto estava gestante. Ana teve esta filha, estando, no momento da discussão, acolhida junto com a recém-nascida. Entretanto, Ana já tinha uma filha, atualmente já adolescente, que não foi criada por ela. Os vínculos entre as duas estão rompidos, e a queixa principal de Ana está no desejo de estabelecer um relacionamento mais próximo com a filha mais velha. Além disso, antes de ser abrigada, a usuária teve seus direitos por vezes violados, por exemplo, ao ser submetida a exploração pelo trabalho em condições análogas à escravidão.

Foram escolhidos alguns temas para debate, como maternidade em situação de vulnerabilidade; subalternização da mulher negra; racismo estrutural, exclusão social e fragilização dos vínculos familiares da população negra no Brasil, e por último, a importância da autonomia e do empoderamento no processo de acompanhamento psicológico de pessoas oprimidas.



Os estudos realizados entrelaçam técnica, ética, teoria e arte, e à medida em que são realizados, promovem, tanto no expositor do caso quanto nos outros participantes, uma experiência de aprofundamento nas complexidades dos temas estudados. O retorno compartilhado pelos participantes sobre a experiência enuncia maior sensibilização em relação aos usuários e maior disponibilidade técnica e teórica de intervir, tanto nos casos específicos citados, como em outros – entendendo-se que os assuntos abordados perpassam de maneira geral a atuação do profissional no serviço público.

6. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Portanto, observou-se que os participantes, ao chegar no grupo, pontuaram algumas dificuldades na rotina de seu fazer profissional. Entre elas repetiu-se o isolamento do profissional de Psicologia em meio a equipes multiprofissionais, a instabilidade de vínculos empregatícios, a falta de grupos de pesquisa e estudos voltados para a prática profissional, sobrecarga de trabalho, a rotatividade do profissional entre equipamentos, conflito entre as expectativas da gestão pública sobre o fazer técnico do psicólogo e a prática do profissional.

Os encontros eram construídos com base nas discussões dos casos trazidos pelos profissionais ao início do semestre. Alguns temas trabalhados durante a discussão foram maternidade, branquitude, racismo estrutural e acolhimento institucional. A Intervisão construiu-se como um espaço onde, para além das discussões dos casos, estas angústias dos profissionais foram sendo acolhidas e ressignificadas. Compõe a Intervisão também o compartilhamento e fortalecimento de estratégias de resistência e alegria na rotina profissional - contribuindo mesmo para a desconstrução do isolamento sentido no trabalho.

O grupo também percebe limitações e desafios, entendendo que alguns desses podem ser vistos como analisadores do próprio exercício do trabalho de psicólogo nas políticas públicas, como a perda de membros em função da demissão súbita pela fragilização dos vínculos no serviço público, a fadiga provocada pela sobrecarga de trabalho, a doação de tempo livre - pois os profissionais que participam do grupo o fazem em seu tempo “fora do trabalho” - a ausência de apoio institucional/vinculação que expõe o grupo à informalidade e a distância da troca com outros grupos.

Concluindo, foram realizados estudos de casos e estudos de maneira participativa, enriquecendo a vivência pelo efetivo compartilhamento de técnicas, métodos, teorias, orientações, sugestões, apoio, indicação de filmes, músicas e livros literários, dentre outras obras de arte e ciência. O Grupo de Intervisão, mais do que um instrumento didático, propiciou - através da escuta atenta às demandas dos pares, da participação efetiva de seus membros e da promoção do fazer-ético comum - a construção do sentimento de pertença e de identidade coletiva, própria a movimentos de resistência e autonomia.

REFERÊNCIAS

COIMBRA, C. M. A supervisão institucional como intervenção sócio-analítica. *Psicologia Ciência e Profissão*, Brasília, v. 9, n. 1, p. 26-28, 1989. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931989000100008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 8 de maio, 2021.

DIMENSTEIN, M. D. B. O psicólogo nas Unidades Básicas de Saúde: desafios para a formação e atuação profissionais. *Estudos de Psicologia*, Natal, v. 3, n. 1, p. 53-81, 1998. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-294X1998000100004>. Acesso em: 31 de maio, 2021



LIMA, J. C; MELLO, S. C. Análise de uma experiência de supervisão no contexto das políticas sociais. *Psicol. Clin.*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 43-53, dez. 2012. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652012000200004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 8 de maio, 2021.

MARTÍN-BARÓ, I. O papel do psicólogo. *Estudos de Psicologia*, Natal, v. 2, n. 1, p. 7-27, 1996. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/epsic/v2n1/a02v2n1.pdf>. Acesso em 30 jun. 2020.

MORENO, C; ORVALHO, L. Intervisão entre pares multidisciplinares no ensino profissional. In R. P. Lopes, M. V. Pires, L. Castanheira, E. M. Silva, G. Santos, C. Mesquita, & P. Vaz (Eds.). *III Encontro Internacional de Formação na Docência (INCTE): livro de atas.* (pp.673-683). Bragança, Portugal: Instituto Politécnico de Bragança. ISBN: 978-972-745-241-5 Disponível em: <https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/26652/1/incte18_atas-689-699.pdf>. Acesso em: <12 de maio de 2021>.

PEREIRA, E. D. G, ALMEIDA, C. A. S. Rotatividade do pessoal no serviço público federal brasileiro: breve revisão da literatura. *Anais do IV Encontro Brasileiro de Administração Pública*. João Pessoa. p. 1187 - 1201. 2017. Disponível em: <<https://www.ufpb.br/ebap/contents/documentos/1187-1201-rotatividade-de-pessoal-no-servico.pdf>> Acesso em: <27 de maio de 2021>.

SARAIWA, E.; SILVA, R.; FRAGA, B.; MÁRIO, R.; BRANDÃO, C. Supervisão e intervenção na psicologia das organizações e dos recursos humanos. *Instrumento: Rev. Est. e Pesq. em Educação*, Juiz de Fora, v. 22, n. 2, p. 379-398, mai./ago. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/revistainstrumento/article/view/30807>. Acesso em: 24 de maio 2021.

TONELLI, B. Q.; REIS LEAL, A.P.; TONELLI W.F.; VELOSO, D.C.; GONÇALVES, D.P.; TONELLI, S. Q. Rotatividade de profissionais da Estratégia Saúde da Família no município de Montes Claros, Minas Gerais, Brasil. *RFO UPF, Passo Fundo*, v. 23, n. 2, p. 180-185, maio/ago. 2018.

YAMAMOTO, O. H. Políticas sociais, “terceiro setor” e “compromisso social”: perspectivas e limites do trabalho do psicólogo. *Psicologia & Sociedade* [online], v. 19, n. 1 , pp. 30-37, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822007000100005>. Acesso em: 21 de maio 2021.



contribuições de Sílvia Lane e Ecléa Bosi

para a psicologia social latino-americana

Camila Sampaio Melo²⁰
Milena Cardoso de Souza²¹
Kevin Samuel Alves Batista²²

Resumo: Sílvia Lane foi um importante nome para a Psicologia Social Brasileira. Seu projeto de Psicologia Social trazia uma crítica à Psicologia Social da época, que desconsiderava o caráter histórico-social do ser humano. Outra personalidade importante nesse contexto foi Ecléa Bosi, psicóloga, autora e professora renomada com mais de 40 anos de dedicação aos estudos em Psicologia, que traz voz para grupos e vivências invisibilizadas, além de ser um grande nome para a militância e para a psicologia durante a ditadura militar. Ambas valorizavam a pesquisa e seu poder de mudança através da educação. Além disso, ambas estudavam a ideologia e seu poder na construção histórica de papéis sociais e subjetividades. Deste modo, entendemos a importância do estudo dessas duas autoras para uma formação profissional mais política e engajada com uma visão crítica da psicologia. Este trabalho tem como objetivo discutir a importância das autoras Sílvia Lane e Ecléa Bosi, suas produções e posicionamentos para a construção de uma Psicologia Social latino-americana comprometida com o estudo de uma realidade social de exploração e com a transformação desta. Desta forma, iremos analisar alguns pontos importantes de suas principais obras, “Psicologia Social: O homem em movimento” e “Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos”, respectivamente, considerando as datas, temas, abordagens teóricas e referências bibliográficas no desenvolvimento da análise sobre as obras das autoras. Lane propõe um novo pensar epistemológico acerca da concepção de homem da Psicologia Social e Bosi aborda a psicologia do oprimido, na qual, sua obra situa-se na intersecção, escolhendo retratar as memórias de velhos. Ademais, o trabalho se propõe a relacionar suas produções e comparar as divergências e semelhanças entre elas. Por fim, expomos algumas considerações sobre suas concepções e sobre a importância de um fazer psicológico político que reflita e dire-

20 FPO- Faculdade Princesa do Oeste; camilasampaioomelo@gmail.com

21 FPO- Faculdade Princesa do Oeste; milena.cardoso.con@gmail.com

22 Doutorando em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (2022-2025). Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará com bolsa CAPES (2016-2017). Psicólogo pela Universidade de Fortaleza (2015). Atua na clínica e âmbitos da psicologia social e comunitária. Professor universitário, palestrante e formador de profissionais na atuação com a temática de homens, masculinidades e violência de gênero. É integrante do Paralaxe - Grupo Interdisciplinar de Estudos, Pesquisas e Intervenções em Psicologia Social Crítica (UFC). Atualmente, desenvolve a pesquisa de doutorado: “RETRATOS DAS MASCULINIDADES? um estudo sobre imagens-narrativas, enquadramentos e reconhecimento em produções fotográficas cearenses na perspectiva da Psicologia Social Crítica”. Tem interesse nas áreas de Estudos críticos da imagem, tecnologia e fotografia; Imagem-narrativa; História e Filosofia da Fotografia; Estudos de gênero; Psicologia e Feminismos; Interseccionalidades; Relações Étnico-raciais; Violência de gênero; Relações de gênero; Masculinidades; Relações familiares; Epistemologia e História da Psicologia; Psicologia Social; Psicologia Social Crítica, Psicologia Social Comunitária; Psicologia Rural/Agrária/dos Sertões; Psicologia e atuação em terceiro setor; Terapia Familiar; Estudos Sociológicos de Família. Contato: kevin.sab@gmail.com



cione seu olhar para os fenômenos históricos e sociais, apresentando responsabilidade ética e profissional na construção de uma sociedade mais igualitária e que esteja posicionada contra as opressões e injustiças.

Palavras-chave: Sílvia Lane. Ecléa Bosi. Psicologia Social.

1. INTRODUÇÃO

Sílvia Lane foi um importante nome para a Psicologia Social Brasileira, sendo professora da PUC de São Paulo, inicialmente ligada ao Laboratório de Psicologia Experimental, começou a desenvolver pesquisas em Psicologia Social. Lane foi a primeira diretora do curso de Psicologia da Faculdade de Psicologia da PUC-SP, criado em 1971. Após um ano, se consolidou o programa de estudos pós-graduados em Psicologia Social da PUC-SP. Lane era engajada com a formação de uma Psicologia comprometida com a população e tendo como foco a transformação da realidade social através do ensino, da pesquisa e na construção de novos pesquisadores (BOCK, 2007).

Ademais, buscava perspectiva de realidade social próxima das necessidades dos povos latino-americanos, diferentemente das produções vinculadas à realidade norte-americana e europeia da época. Em conjunto com o Professor Alberto Abib e a Professora Odette de Godoy Pinheiro, criaram em 1977 um trabalho de Psicologia atuando nos Sindicatos e comunidade de Osasco intitulado “A Psicologia Social na prática clínica”. Sua crítica se direcionava para o fato de que a maioria dos alunos se especializam na área clínica que apesar de ter um ensino crítico, ainda mantém um viés individualista (BOCK, 2007).

No intuito de consolidar a Psicologia Social produzida nos países da América Latina pela ação das associações, ocorreu a criação da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO), em 1980, quando Sílvia Lane foi eleita sua primeira presidente. A ABRAPSO foi criada a partir da necessidade de um enfoque na realidade brasileira e a produção teórica e a prática da Psicologia Social no cenário nacional e passou a ser, a partir de então, o principal fórum de discussão e divulgação da pesquisa em Psicologia Social feita no Brasil, voltada para o conhecimento das condições psicossociais da população brasileira e para o debate sobre as práticas transformadoras na qual Lane era uma das principais incentivadoras (Jacques et al., 1998). No ano seguinte, ocorreu outra importante contribuição com a publicação do livro “O que é Psicologia Social” (1981), sendo a primeira produção onde divulgava a Psicologia Social que Sílvia Lane defendia e produzia. Escreveu também outras obras importantes como o livro “Psicologia Social: O homem em movimento”, de 1984 e “Novas veredas da psicologia social”, de 1994.

Seu programa de Psicologia Social trazia uma crítica à Psicologia Social da época, na qual prevalecia a Psicologia Social Psicológica. Esta, com um enfoque mais empírico, trazia uma influência norte-americana para as abordagens presentes na psicologia em geral e não considerava o caráter histórico do ser humano. Sílvia Lane foi importante para a inclusão da disciplina “Psicologia Social e Realidade Brasileira” que tinha como objetivos reconhecer o caráter histórico-social dos fenômenos psíquicos e dos comportamentos humanos; enfoque nas questões nacionais; manter o objeto primário de estudo da psicologia, a subjetividade, porém reconhecendo a influência da sociedade sobre o indivíduo e a comunidade. Não obstante, se fazia importante também a escolha das questões relevantes para os problemas sociais e políticos dentro da realidade brasileira e latino-americana (CARONE, 2007).

Outra personalidade importante para a Psicologia Social Brasileira foi Ecléa Bosi, psicóloga, escritora e professora renomada com mais de 40 anos de dedicação aos estudos em Psicologia. Foi gradu-



ada em Psicologia pela Universidade de São Paulo (USP), mestre em Psicologia Social pela USP e doutora em Psicologia Social também pela USP. A Psicologia Social presente nas obras de Ecléa Bosi está frequentemente vinculada ao tema do tempo e das transformações que este causa nas relações humanas e na sociedade em geral. Ecléa lançou em 1979, o livro *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos*, um livro expositivo que relata o depoimento da vida de oito idosos na cidade de São Paulo. O livro tem como objetivo estudar as mudanças sentidas por eles ao longo dos anos. Com isso, possibilitou o estudo das transformações na cidade no decorrer dos anos, através das memórias desses idosos, demonstrando entrelaçamentos entre as construções subjetivas e sociais amplas (BOSI, 2011). A autora aponta que

Ser velho é sobreviver. Sem projeto, impedido de lembrar e de ensinar, sofrendo as adversidades de um corpo que se desagrega à medida que a memória vai se tornando cada vez mais viva, a velhice, que não existe para si mas somente para o outro. E este outro é um opressor (BOSI, 1994).

Bosi expõe um lado excludente de nossa sociedade: a velhice oprimida e banida, dando voz aqueles e aquelas silenciadas por vários processos. Com ideias evidentemente humanistas, apresenta sensivelmente a realidade destes, marcando para sempre o campo da Psicologia Social brasileira. Ademais, com suas pesquisas sobre a memória dos idosos produz crítica da situação da velhice na sociedade industrial. Resgata também o lugar afetivo e civilizatório dos idosos, enfatizado pela proposta de uma nação em que o contato com os jovens seja central para a troca de experiências, conhecimentos e informações (CHAUÍ, 2008).

Bosi foi a responsável pela criação do programa Universidade Aberta à Terceira Idade na USP, em 1994, que atende pessoas com mais de 60 anos de idade. Ao longo de sua trajetória, trouxe grande enfoque para assuntos sociais importantes que normalmente são esquecidos, como as particularidades da vivência dos idosos, as mulheres operárias, e as questões da cultura de massa. Suas publicações e sua militância acerca do social, da política e da cultura se tornaram importantes para a transformação da Psicologia Social brasileira

2. OBJETIVOS

Este escrito tem como objetivo discutir a importância das autoras Silvia Lane e Ecléa Bosi e de suas produções e posicionamentos para a construção de uma Psicologia Social latino-americana comprometida com o estudo de uma realidade social de exploração e com a transformação desta. Para tal, apresentaremos a biografia das autoras e analisaremos alguns pontos importantes de suas principais obras: *O homem em movimento* (1984) e *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos* (1994), respectivamente, através de revisões bibliográficas. Além disso, o trabalho se propõe a relacionar suas produções e comparar as divergências e semelhanças, elaborando um paralelo entre estas.

3. PERCURSO METODOLÓGICO

Esta produção se insere no campo das perspectivas qualitativas de pesquisa (FLICK, 2013). Como passo inicial, levantamos uma breve biografia sobre as personagens em análise e mostramos suas trajetórias profissionais. Em seguida, abordamos seu envolvimento com o ensino e a pesquisa, e analisamos alguns pontos importantes de suas principais obras. Ademais, pesquisamos em textos científicos a história de vida das autoras e destacamos aspectos fundamentais apresentados nos livros “*O homem em movimento*” de Silvia Lane e no livro “*Memória e Sociedade: Lembranças de velhos*” de Ecléa Bosi.



A escolha das autoras apresentadas no presente trabalho se deu em parte por estudos e trabalhos desenvolvidos na disciplina de Psicologia Social I da Faculdade Princesa do Oeste em Crateús, Ceará, mas principalmente por entendimento da relevância de suas produções, discussões e posicionamentos para a construção de uma Psicologia Social latino-americana que seja comprometida com o estudo de uma realidade social de exploração e com a transformação desta. Ambas valorizavam a pesquisa e seu poder de mudança através da educação. Além disso, ambas estudam a ideologia e seu poder na construção histórica de papéis sociais e subjetividades.

Bosi traz voz para grupos e vivências invisibilizadas, além de ter sido um grande nome para a militância e para a psicologia durante a ditadura militar. Tanto seu estudo com mulheres operárias quanto com as memórias de pessoas idosas revelam seu envolvimento com temas importantes que não recebem a devida importância, principalmente dentro da psicologia. Lane, por sua vez, trouxe para a Psicologia Social uma autoanálise crítica da prática do profissional, do pesquisador e seu contato com o objeto de estudo. Deste modo, entendemos a importância do estudo dessas duas autoras para uma formação profissional mais política e engajada com a construção de uma sociedade menos desigual.

4. ANÁLISE DAS OBRAS DE SÍLVIA LANE E ECLÉA BOSI

Uma das obras de maior importância da autora Sílvia Lane para a Psicologia Social Latino-Americana é “Psicologia Social: O homem em movimento”. Nesta obra, a autora vai propor um novo pensar epistemológico acerca da concepção de homem da Psicologia Social, aprofundando a análise da relação entre indivíduo e sociedade através do intermédio dos grupos e das instituições. A autora apresenta conceitos importantes para pensar a psicologia social trazendo também artigos que refletem um fazer psicológico que a partir de sua concepção de homem possa rever sua prática nos diversos contextos e especialidades (LANE, 1984).

Para a compreensão de sua perspectiva de homem, que podemos ler como “sujeito”, a autora apresenta uma revisitação histórica no que concerne ao objeto de estudo e a construção epistemológica da Psicologia Social. Debate uma psicologia que nos anos 50 estava dividida em duas principais tendências. Uma com origem nos Estados Unidos que traz uma visão pragmática, que se estrutura na interferência das relações grupais para harmonizá-las, visando minimizar conflitos. Essa perspectiva está contextualizada em uma sociedade que precisava se reconstruir da destruição de uma 2ª Guerra Mundial. Outra tendência também visava evitar conflitos, porém seguindo uma filosofia européia com bases fenomenológicas. Posteriormente, em meados dos anos 60, as análises críticas apontavam para uma “crise” do conhecimento psicossocial que não conseguia intervir nem explicar muito menos prever comportamentos sociais (LANE, 1984).

Diante disso, Lane apresenta duras críticas ao pragmatismo estadunidense e ao positivismo de modo geral expoentes em países como a França e a Inglaterra que explicitam ideias distintas principalmente no movimento que ocorreu em Maio de 68. De acordo com essas análises críticas, esta tendência reproduz os interesses da classe dominante e se faz produto de condições históricas específicas, não sendo possível de se aplicar ou explicar outras condições histórico-sociais. A aplicação positivista perdera o ser humano em essência em nome da objetividade, argumenta a autora. Por sua vez, a Psicologia Social em cenário latino-americano, oscilava entre o pragmatismo norte-americano e uma visão abstrata que compreendia o ser humano apenas filosófica e sociologicamente. São esses limites e desafios que a autora aponta para pensarmos uma Psicologia desde a América Latina e o Brasil.



Ainda, em sua análise, “o ser humano traz consigo uma dimensão que não pode ser descartada, que é sua condição social e histórica, sob o risco de termos uma visão distorcida (ideológica) de seu comportamento” (LANE, 1984, p. 12). Desse modo, Lane se atém ao método histórico-dialético para criticar principalmente a pura descrição das relações entre os homens e as instituições sociais (estas que exercem uma mediação ideológica, atribuindo papéis sociais e reconhecendo certas atividades sociais como adequadas ou não). Sob esse prisma, as ciências humanas não conseguem compreender a mediação ideológica e a reproduzem como fatos inerentes à “natureza” do ser humano, uma suposta essência. Ao limitar seu estudo do homem apenas à descrição do que se pode observar, a psicologia terá uma ação estatizante, mantendo a ideologia vigente, impedindo deste modo a demarcação das suas contradições e a transformação social.

A influência de leituras da Teoria Histórico-Cultural em suas reflexões psicológicas destaca, então, o movimento do ser humano, a saber, o caráter histórico através do tempo e das práticas na produção de sua existência. A psicologia dessa forma, através do método materialista histórico-dialético se faz capaz de construir um conhecimento que atenda a sua realidade social específica, compreendendo sua história e desenvolvimento dos sujeitos, permitindo assim uma intervenção efetiva na sua rede de relações sociais.

Pensando nisso, a autora traz discute a noção de práxis científica da Psicóloga Social através da Pesquisa-ação. A partir desta, a pesquisadora produz uma concepção de mundo e de ser humano comprometida com a sua realidade, uma vez que este também compõe a produção da realidade. Gerar um conhecimento neutro, portanto não é possível, nem almejado. Ambas, pesquisadora e pesquisada, são fruto das relações sociais, sendo assim, sujeitas e objetos de estudo da Psicologia Social. O conhecimento, desse modo, se faz na práxis, revisionando o empírico ao confrontar-se com outros/novos fenômenos. A partir da reflexão crítica, traça novos caminhos de investigação, levando a reconstruir as análises empíricas já produzidas e ampliando a compreensão da realidade, transformando-a.

Pensando ainda a importância do marxismo dentro da construção da visão de ser humano e Psicologia para Silvia Lane, o método dialético seria então um método crítico, que transforma o imediato em mediato, negando as meras aparências sociais, questionando as ilusões ideológicas do objeto concreto a ser estudado. Que se postula em um ponto de partida e um ponto de chegada que coincidem mas não se identificam. Esse caráter crítico se expressa na psicologia de Lane quando afirma que toda psicologia é social (ou seja, assume na sua especificidade a natureza histórica e social do ser humano).

Lane aborda a linguagem, pensamento e representações sociais em sua obra, no qual deve-se analisar o ser humano em um contexto mais amplo considerando o mesmo como manifestação de uma totalidade histórico-social, produto e produtor de história. Dessa forma, a linguagem originou-se como decorrência da necessidade humana de transformar a natureza, por meio da cooperação entre os homens e através de atividades produtivas que garantem a sobrevivência do grupo social. De acordo com Lane (1984, p. 32) “A linguagem, como produto de uma coletividade, reproduz através dos significados das palavras articuladas em frases os conhecimentos - falsos ou verdadeiros - e os valores associados a práticas sociais que se cristalizaram”. Diante disso, vemos a linguagem sendo produto da coletividade tendo uma dimensão ideológica, refletindo uma certa visão de mundo, isto é, sendo interiorizada, servindo como referencial da criança em sua interação com o meio e o mundo. Ou seja, a linguagem é capaz de reproduzir uma visão de mundo, transpondo o que pensamos em uma forma de visualizar e mudar o mundo. Com isso, qualquer análise da linguagem envolve considerá-la como produto histórico de uma coletividade.

No livro “Noções da Psicologia Comunitária” é apresentado que a linguagem surge no processo de hominização, pelo qual a humanidade se produziu, tornando a língua materna produ-



to e produtor da história de seu grupo social, Então, a linguagem surge no processo de hominização quando em determinadas condições aparece a necessidade de comunicação entre os homens, decorrente do processo de trabalho. Com o aparecimento da linguagem o ser humano liberta-se do presente, do seu campo perceptivo, lidando com o mundo não só de modo instrumental e imediato mas também, através do uso de símbolos, produzidos na história da coletividade.

A autora analisa também a relação da palavra como uma arma do poder, apresentando que a determinação de um significado único e absoluto a palavra é uma forma de dominação do indivíduo. (1984, p. 34) “Esta arma de poder só é dominada pelo confronto que o indivíduo possa fazer entre diferentes significados possíveis e a realidade que o cerca”, sendo uma condição necessária para um pensamento crítico, essencial para o desenvolvimento da consciência social e, logo, para a criatividade que transforma as relações entre os homens. A criança ao pensar e falar constrói suas representações sociais, compreendida como uma rede de relações que ela determina, a partir de sua situação social, entre significados e situações que lhe interessam para sua sobrevivência. Dessa forma, a representação social se constrói no processo de comunicação e se estrutura tanto pelos objetivos da ação do sujeito social como pelos dados que concordam ou que se opõem a eles. Além disso, a linguagem participa na construção das representações, isto é, como tomada de consciência de uma realidade através de comunicações entre os indivíduos que levam a prática e a diálogos sobre elas, na qual vão se estruturando.

Outro aspecto abordado por Sílvia Lane foi a consciência/alienação: a ideologia no nível individual, onde o indivíduo sujeito da história é constituído de suas relações sociais e é, ao mesmo tempo, passivo e ativo (determinado e determinante). Desse modo, o indivíduo é história na medida em que se insere e se define na conjuntura de suas relações sociais, exercendo atividades transformadoras destas relações, envolvendo atividades práticas e a inteligência no nível social. Ou seja, a ideologia está presente nas atividades superestruturais da sociedade, se reproduzindo a nível individual, relacionando-se socialmente de forma orgânica e reprodutora das condições de vida, e como plano da ideologia, na qual o sujeito se torna consciente dos conflitos existentes no plano da produção de sua vida material. Portanto, o homem como ativo e inteligente se insere historicamente em um grupo social através da aquisição da linguagem, conjuntura básica para a comunicação e o desenvolvimento de suas relações sociais e de sua própria individualidade.

Segundo Lane (1984, p. 41) “A análise ideológica é fundamental para o conhecimento psicossocial pelo fato de ela determinar e ser determinada pelos comportamentos sociais do indivíduo e pela rede de relações sociais que, por sua vez, constituem o próprio indivíduo.” ou seja, representando o plano ideológico, no qual o indivíduo pode se tornar consciente ao constatar as contradições entre as representações e suas atividades exercem na produção de sua vida material. Nesse sentido, falando da consciência social, a alienação definida pela psicologia se aproxima da concepção sociológica de alienação, sendo analisada a relações de dominação entre as classes sociais, estabelecida pelas relações de produção da vida material da sociedade. Visto que o aspecto da alienação, na consciência só poderá ser analisada em um plano individual, enquanto processo que envolve o pensamento e a ação, mediados pela linguagem.

No prefácio do livro “Memória e Sociedade: Lembranças de velhos” de Ecléa Bosi, é abordado a psicologia do oprimido. Sendo definido que a classe social é a posição ocupada pelo sujeito na relações objetivas de trabalho, e assim ao falar de uma “pedagogia do oprimido” trata-se de uma pedagogia que atue em uma situação necessária, de uma certa camada da população subjugada pela dependência, ou seja, oprimida. Bosi não desenvolve apenas um livro sobre memória social no estágio da velhice, mas sim situa-se na intersecção, escolhendo retratar as memórias de velhos. Segundo Barbosa (1979, p. XII) “A intersecção metodológica da autora mostra a sua verdadeira face: é a própria realidade social que articula memória e ve-



lhice”. Em outras palavras, é uma tese sobre memórias de velhos e um trabalho que articula sobre a opressão.

Os trabalhos da memória de Ecléa Bosi são de suma importância pois evidenciam a enorme fragilidade social: a velhice oprimida, despojada e banida. Como dito neste livro, a função social do velho é lembrar e aconselhar, no entanto na nossa sociedade capitalista existe o impedimento da lembrança, utilizando o velho com mão de obra e negando seus conselhos. Além disso, a opressão na velhice ocorre de diversas formas, algumas de maneiras brutais e outras implicitamente permitidas. Oprime-se o velho nas instâncias institucionais (a burocracia da aposentadoria e dos asilos), por mecanismos psicológicos sutis (a tutela, a recusa do diálogo, a tolerância de má fé), por meios técnicos (as próteses e a precariedade existencial de idosos que não podem ter-las) e por mecanismos científicos (as “pesquisas” que mostram as incompetências e as incapacidades sociais do velho).

Ecléa Bosi traz um estudo sobre as memórias, e para obtê-las foram entrevistadas pessoas com idade superior a setenta anos que vivem na cidade de São Paulo. Durante o processo de pesquisa, a autora coloca que ela como pesquisadora e os entrevistados foram ambos sujeito e objeto de pesquisa. Sujeito nos momentos de indagação, busca do saber, e objeto quando ouvia, registrava e transmitia a memória de alguém. A autora estrutura seu livro, inicialmente trazendo uma reflexão acerca da memória como fenômeno que demarca o íntimo da vida social, procurando entender a função da memória na velhice para então posteriormente apontar os resultados obtidos e dialogar com algumas teorias apresentadas na obra.

Bosi ao trazer a reflexão do que é a memória e como esta se expressa no social faz uma relação entre a memória do adulto e a do velho. Para o sujeito adulto a memória estaria mais associada a um estado de repouso, de relaxamento da alma, a uma busca de evasão da realidade presente, como se fosse um sonho. Oposta a isso estaria a vivência do sujeito velho, este que já viveu grande parte de sua vida, para este a memória não teria a função de descanso da realidade, um formato de sonho, lazer ou contemplação, mas sim de ocupar e viver de forma consciente o próprio passado. O velho, ao contrário do adulto, não aguarda a memória mas sim a procura revisitando lembranças e evidências de um passado. Para o velho, lhe resta a função social de lembrar, de ser a memória das instituições. O sujeito ativo se ocupa menos em lembrar, resgata menos a memória, ao mesmo tempo o homem afastado de sua atividade cotidiana revisita mais frequentemente seu passado.

Na memória de pessoas idosas é possível verificar um desenvolvimento histórico e social bem demarcado, essas já vivenciaram determinadas relações dentro de determinado tipo de sociedade, com culturas e instituições consolidadas, já presenciaram vínculos e captaram referências para seu existir em essência. Sua memória atual dialoga com vivências anteriores e pode se tornar mais profunda e definida em comparação com a memória de uma pessoa mais jovem. Deste modo, o caráter social da memória para Bosi é um fator extremamente instigante no estudo do tema. Dentro da perspectiva de um grupo cuja atividade é coletiva, cria-se esquemas de narração e interpretação dos fatos, surgem discursos, significados que dialogam-se através da história, formando uma narrativa própria dos fatos. É nesse processo que se fomenta a ideologia.

5. RELEVÂNCIA DAS AUTORAS PARA A PSICOLOGIA SOCIAL

Sílvia Lane foi, provavelmente, a maior propulsora da psicologia social crítica brasileira (MOLON, 2001; SOUSA, 2009). Sua produção teórica permitiu a construção de novas perspectivas no campo da Psicologia Social, sendo responsável pelo desenvolvimento da perspectiva sócio-histórica na Psicologia Social brasileira. Suas ideias sobre a prática permitiram a construção da Psicologia Social Comunitária.



ria no Brasil, que se firmou em São Paulo, Minas Gerais, Pará, Ceará e Paraíba. Em suma, Sílvia Lane nos deixou grandes contribuições e buscou trazer uma perspectiva crítica, de tentar trabalhar junto a comunidade, uma visão de transformar as condições presentes até então e criar uma teoria prática e transformadora. Juntamente com produções que tinham como propósito desenvolver uma psicologia que contribua com a transformação da sociedade, comprometida com a construção de uma sociedade justa e igualitária.

A Psicologia Social exercida por Ecléa rejeita reduzir a pessoa à condição de objeto de pesquisa. Reduzir um humano à condição de objeto é praticar a violência, pois esta é a violação da essência de um ser, tratando como irracional, insensível e mudo aquele que é racional, sensível e falante. Ao recusar a subjetividade e a personalidade do outro, essa redução, ato de violência, impossibilita a ética. Ao contrário, ao tratá-lo como alguém, como pessoa e sujeito, Ecléa tece um laço de amizade. Ademais, sua dedicação aos idosos e ao universo feminino das operárias são exemplos de sua luta para fazer diferença no mundo em que vive. Realizou enormes contribuições para a Psicologia Social, dedicando-se a estudar e a entender o mundo para transformá-lo em palco de justiça e de conhecimento.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Lane defendia que não há como separar a realidade da teoria. A Psicologia Social tem como papel o compromisso com os problemas sociais, os problemas pessoais nos contextos da comunidade e a funcionalidade do sistema, esse foi um dos pontos a partir da Psicologia Social Crítica. Segundo essa perspectiva, sem essa junção entre prática e teoria a psicologia só estaria colaborando para a reprodução da desigualdade e adiando a transformação social. Em relação à linguagem, Sílvia Lane sempre apontou a necessidade de se considerar os aspectos ideológicos presentes na construção de significados. Dessa maneira, pode desenvolver a compreensão da linguagem como mediação no processo de consciência fazendo clara referência ao lugar social ocupado pelo indivíduo e às determinações históricas a que está sujeito. Ao mesmo tempo, considerar o indivíduo também como produtor de sentidos recoloca-o em posição ativa, mesmo que de maneira contraditória.

Como podemos observar ao longo do artigo, Bosi está ligada à causa social dos idosos, conduzindo uma singular reflexão e proposta de se alternar sujeito e objeto de conhecimento promovendo a descoberta de várias facetas de sociabilidade. Sua obra foi incluída, pelo Ministério da Educação, entre as cem obras sobre o Brasil que devem compor as bibliotecas das escolas públicas e as dos professores. Prosseguindo com suas ações transformadoras, Bosi realiza pesquisas sobre a leitura das operárias paulistanas, onde nasce uma política cultural de leitura com a formação das comunidades de leitores e da reinvenção do espaço público das bibliotecas. Diante disso, nasce a busca da compreensão do sentido da cultura operária e da cultura popular, no interior da sociedade de classe e da cultura de massa.

Com os estudos sobre as autoras e as análises podemos perceber então a importância de um fazer psicológico político que reflita e direcione seu olhar para os fenômenos históricos e sociais, que tenha como responsabilidade ética e profissional a construção de uma sociedade mais igualitária, que se envolve com a soberania dos povos latino americanos, e que esteja posicionada contra as desigualdades e injustiças das quais reverberam fenômenos sintomáticos de uma ideologia baseada na responsabilização individual dos sofrimentos psíquicos que colabora para todas as opressões estruturais, em outras palavras, uma psicologia que seja de fato libertadora.

REFERÊNCIAS



BOCK, Ana Mercês Bahia et al. Sílvia Lane e o projeto do “Compromisso Social da Psicologia”. *Psicol. Soc.*, Porto Alegre, v. 19, n. spe2, p. 46-56, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822007000500018&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 26 maio 2021.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: Lembrança dos Velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOSI, Ecléa. *Psicologia: Ciência e Profissão* [online]. 2011, v. 31, n. 2, pp. 440. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1414-98932011000200017>>. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932011000200017>. Acesso em: 29 maio 2021.

CARONE, Iray. O papel de Sílvia Lane na mudança da Psicologia Social do Brasil. *Psicol. Soc.*, Porto Alegre, v. 19, n. spe2, p. 62-66, 2007. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822007000500020-&lng=en&nrm=iso>. access on 27 Mai 2021. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822007000500020>.

CHAUI, Marilena. Homenagem a Ecléa Bosi. *Psicol. USP*, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 15-24, Mar. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642008000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27 maio 2021

FLICK, Uwe. *Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes*. Porto Alegre: Penso, 2013.

LANE, S. T. M.. *O que é psicologia social*. São Paulo: Brasiliense. 1981

LANE, S. T.M. e Codo, Wanderley (orgs). *Psicologia Social: O homem em movimento*. São Paulo, Brasiliense, 1984.

MOLON, S. I. *A psicologia social abrapiana: Apontamentos históricos*. Interações, 2001.
.SOUSA, Esther Alves de. *Silvia Lane: uma contribuição aos estudos sobre a Psicologia Social no Brasil*. Temas psicol., Ribeirão Preto, 2009. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2009000100018&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 26 maio 2021.

JACQUES, M.G.C.et. all. *Psicologia social contemporânea*. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

PREFACIO

DUSSEL, Enrique. *1492: o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1993.

GONÇALVES, Bruno Simões. *Nos caminhos da dupla consciência: América Latina, psicologia e descolonização*. São Paulo: Ed. do Autor, 2019.

SANTOS, Antônio Bispo; SILVA, Maria Givânia Maria. Fuga, escola e oráculo. (pp.74-104). In: FIRMEZA, Yuri. et. al. (Orgs.) *Composto escola: comunidades de sabenças vivas*. São Paulo: n-1, 2022.

SANTOS, A. B. Somos da terra. PISEAGRAMA, Belo Horizonte, número 12, página 44 - 51, 2018. <https://piseagrama.org/somos-da-terra/>

SIMAS, Luiz Antônio; RUFINO, Luiz. *Encantamento: políticas de vida*. São Paulo: Mórula, 2020.

VERUNSCHIK, Micheliney. *O som do rugido da onça*. São Paulo: Companhia das letras, 2021.





Editora
parentes